



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
LETRAS
MESTRADO EM LETRAS**



**MARCAS POLÍTICO-IDEOLÓGICAS NA FALA DA PRESIDENTE
DILMA ROUSSEFF NA ASSEMBLEIA GERAL DA ONU/2011: O
Funcionamento do Discurso sobre a Mulher.**

KATIA SANTANA BISPO

São Cristóvão/SE

2014

KATIA SANTANA BISPO

**MARCAS POLÍTICO-IDEOLÓGICAS NA FALA DA PRESIDENTE
DILMA ROUSSEFF NA ASSEMBLEIA GERAL DA ONU/2011: O
Funcionamento do Discurso Sobre a Mulher**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Letras da
Universidade Federal de Sergipe, como requisito parcial à
obtenção do título de Mestre em Letras.

Área de Concentração: Estudos Linguísticos

Orientador: Prof. Dr. Antônio Ponciano Bezerra

São Cristóvão/SE

2014

KATIA SANTANA BISPO

**MARCAS POLÍTICO-IDEOLÓGICAS NA FALA DA PRESIDENTE
DILMA ROUSSEFF NA ASSEMBLEIA GERAL DA ONU/2011: O
Funcionamento do Discurso Sobre a Mulher**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Sergipe, como um dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Letras.

Área de concentração: Estudos Linguísticos.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Ponciano Bezerra

BANCA EXAMINADORA

Antônio Ponciano Bezerra

Doutor em Letras pela Universidade Federal de Sergipe.
Orientador

Helson Flávio da Silva Sobrinho

Doutor em Letras e Linguística pela Universidade Federal de Alagoas
Examinador externo

Maria Leônia Garcia Costa Carvalho

Doutora em Letras e Linguística pela Universidade Federal de Sergipe
Examinadora interna

São Cristóvão (SE), 30 de Julho de 2014.

Ao meu bom Deus, pelo dom da vida, pelo extremo zelo e pela mais cuidadosa das orientações.

Ao meu esposo Harley Pedrosa, pela compreensão, amor e companheirismo. Sem você, tenha certeza, eu sorria menos e os meus dias seriam mais opacos.

À minha família (pais, irmãos e sobrinhos), meu porto seguro e razão da minha luta constante.

AGRADECIMENTOS

Nessa caminhada, cheia de desafios, há muito a quem agradecer por todos os gestos que resultaram no êxito do nosso trabalho.

Primeiro quero ratificar a minha gratidão a Deus, sempre!

Estendo esse agradecimento ao meu orientador, professor-doutor Antônio Ponciano Bezerra, por acreditar em mim, por me acolher de forma tão carinhosa e fraternal. Obrigada, mesmo, pelas correções, pelas sugestões, pelos valiosíssimos ensinamentos e por apostar na minha (adormecida) capacidade acadêmica. O senhor terá sempre o meu respeito e admiração.

De forma especial, agradeço à minha co-orientadora, professora-doutora Maria Leônia Garcia Costa Carvalho, pela acolhida, pelas extraordinárias e imprescindíveis conversas e observações contributivas à minha pesquisa. Deus lhe pague por cuidar de mim (assim como dos seus orientandos), com um olhar de mãe.

O meu muito obrigada ao professor-doutor Helson Flávio da Silva Sobrinho, pela cuidadosa leitura e importantes sugestões.

Agradeço, também, aos demais professores da Universidade Federal de Sergipe pela decisiva contribuição na “construção” desse projeto.

O meu sincero agradecimento ao amigo Denison Santos Santana por me (re) apresentar ao mundo acadêmico.

Um agradecimento mais do que especial à amiga de todas as horas, Daniela Bitencourt, pelas formidáveis observações e desprendimento. Que Deus possa recompensá-la.

O meu respeito e gratidão aos queridos Sabrina Domingues, João Ferreira, Monique Mendonça, Katiana Almeida e Caio Costa, em nome dos quais, cumprimento os demais colegas de jornada. Sem vocês para compartilhar ensinamentos, dúvidas e incertezas, tenho convicção, o caminho seria mais árduo.

Obrigada aos amigos que souberam compreender a minha ausência e que torceram por mais essa conquista!

RESUMO

A presente dissertação tem por objetivo averiguar o funcionamento da fala sobre a mulher, no discurso proferido pela presidente do Brasil, Dilma Rousseff, representante do Partido dos Trabalhadores (PT), por ocasião da abertura do debate da 66ª Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), ocorrida em Nova Iorque, nos Estados Unidos, em setembro de 2011. Considerando elementos importantes da discursividade, verificamos as condições de produção em que o discurso foi produzido, a posição e o lugar social ocupados pelo sujeito-orador, bem como as marcas político-ideológicas e a memória discursiva verificadas no pronunciamento que fizeram com que o dito (não-dito) fizesse sentido. Para fundamentar o nosso estudo, apoiamos-nos num aparato teórico-metodológico da Análise do Discurso da linha francesa, constituído a partir de uma articulação entre as teorias da linguagem, sob uma perspectiva pragmático-discursiva, sustentada por autores como Pêcheux, Orlandi e Charaudeau. No decorrer da pesquisa, pudemos constatar que a presidente Dilma Rousseff, enquanto sujeito que foi constituído como autoridade, transformou sua própria condição social e histórica, construiu imagens positivas de si e, ao mesmo tempo, deslocou-se e desconstruiu sentidos linguístico-discursivos, oriundos de contextos patriarcais de dominação.

Palavras-chave: Análise do Discurso, Dilma, Mulher, ONU.

ABSTRACT

This thesis aims to investigate the functioning of talking about the woman , in a speech by the President of Brazil , Dilma Rousseff , representative of the Workers Party (PT) , at the opening of the debate of the 66th General Assembly of the United Nations (UN) , held in New York in the United States in September 2011. Whereas important elements of discourse , we find the conditions of production in which the speech was made , the position and social position occupied by the subject -speaker as well as the political- ideological and discursive memory brands in verified statement and that made said (or not said) made sense. In support of our study , support us on a theoretical and methodological apparatus of Discourse Analysis of the French line , made from a link between theories of language , from a pragmatic- discursive perspective sustained by authors like Pêcheux Orlandi and Charaudeau. During the research, we note that President Dilma Rousseff as the subject which was constituted authority , transformed his own social and historical condition , built positive images of themselves and at the same time , deconstructed and shifted linguistic- discursive contexts derived senses patriarchal domination .

Keywords : Discourse Analysis , Dilma , Women , UN.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Ainda criança, com os pais e irmãos.

Figura 02: Na época da prisão.

Figura 03: Dilma no Tribunal Militar, prestando depoimento.

Figura 04: No primeiro discurso após receber a faixa presidencial.

Figura 05: Na abertura da Assembleia da ONU em 2011

SUMÁRIO

Resumo	VI
Abstract	VII
Lista de Figuras	VIII
INTRODUÇÃO.....	11
1. ANÁLISE DO DISCURSO.....	16
1.1. Aspectos Introdutórios	16
1.2. Pêcheux e as Três Épocas da AD	18
1.3. Língua e Construção de Sentidos	20
1.4. Sujeito e Forma-Sujeito	22
2. DIÁLOGO ENTRE O ETHOS E A FORMAÇÃO IMAGINÁRIA.....	25
2.1. Formação Imaginária em Pêcheux	26
2.2. A Noção de Ethos em Charaudeau	27
2.3. A Noção de <i>Ethos</i> em Maingueneau	28
2.4. Ethos e Argumentação em Amossy	30
3. CATEGORIAS DE ANÁLISE.....	32
3.1. Memória Discursiva	32
3.2. Formação Ideológica	33
3.3. Formação Discursiva	35
3.4. O Discurso como Recorte da Realidade.....	37
3.5. Político, Política e Discurso	38
3.6. Poder e Dominação	41

4. MARCAS POLÍTICO-IDEOLÓGICAS: AS ANÁLISES.....	44
4.1. Apresentando o Sujeito Enunciador	46
4.2. O Brasil e a Presidente Dilma na ONU	50
4.3. Metodologia	52
4.4. Análises	53
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	71
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	74
ANEXOS.....	78
Anexo 1 – Discurso proferido pela presidente Dilma Rousseff durante a abertura do debate da 66ª Assembleia-geral da Organização das Nações Unidas (ONU)/2011	78
Anexo 2 – Discurso proferido pela presidente Dilma Rousseff durante a abertura do debate da 67ª Assembleia-geral da Organização das Nações Unidas (ONU)/2012	83

INTRODUÇÃO

Protagonista de uma sociedade formatada sob um viés machista, a mulher - por longo tempo - foi tolhida não só no processo de conquista de espaços de poder, mas também em seus direitos elementares.

A limitação era imposta de todas as formas, inclusive, nas interpretações de leis como ocorreu, por exemplo, na primeira Constituição Republicana promulgada em 1891. O artigo 70 do texto declarava ser eleitores “todos os cidadãos maiores de 21 anos que se alistarem na forma da lei”.¹

É claro que à mulher nunca foi (e nem é) exigida a obrigatoriedade de se alistar perante o Serviço Militar, mas, por interpretações convenientes aos legisladores da época, ela foi impedida de exercer o seu direito de votar. Essa, assim como tantas outras, é o tipo de atitude que a sociedade e os organismos de poder acolhem e fazem funcionar como se fosse verdadeira.

Ao longo da história da sociedade, percebe-se, claramente, a prática de um processo de dominação imposto à mulher que ainda vive em algumas circunstâncias e lugares, sem a clareza do seu papel, enquanto cidadã.

Nas discussões de gênero, a mulher é colocada como personagem de um modelo social, muitas vezes, sustentado por discursos e práticas ideológicas marcadas por larga alienação. E esse arcabouço ideológico, como ensina Chauí (1980), não é um processo subjetivo consciente, mas é algo produzido pelas condições objetivas da existência social do ser humano, que tem a ver com aquilo que foi pré-construído no decorrer de sua existência.

Apesar de a participação feminina na população economicamente ativa apresentar na década de 1980, conforme Fonseca (1996), um crescimento de 48%, a segregação de gênero ainda limita o seu acesso a determinados espaços, o que revela o caráter contingencial que deve ser adotado nas investigações sobre o tema.

Steil (1997) classificou de “fenômeno do teto de vidro”, a dificuldade das mulheres serem inseridas num contexto de igualdade. É um modelo de discriminação que julga que a produtividade feminina é menor que a capacidade de produção dos homens.

No decorrer do tempo, um novo perfil tem sido traçado no cenário organizacional,

¹ Tabak, F. e Toscano, F. in Mulher e Política (1982, p.23) – Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1982, col. O Mundo Hoje.

dada a forte presença das mulheres no mercado de trabalho. Com essas mudanças, sobretudo, na arena profissional, as mulheres começaram a conquistar posições de destaque, inclusive, no mundo político e econômico.

Tânia Brabo (2008) entende que, apesar de tímido, já há um aumento na participação das mulheres, principalmente, na política. A autora constata que desde 1992 esse crescimento é visível, mas se destaca a partir de 1985 com a redemocratização² do país, que pôs fim ao Regime Militar³.

Prova dessas mudanças pode-se ver nas eleições de 2010 quando duas mulheres disputaram o comando do Brasil com grande proeminência: Dilma Rousseff, pelo Partido dos Trabalhadores (PT), e Marina Silva, pelo Partido Verde (PV). Do processo de disputa, Dilma sai eleita com 55,8 milhões de votos (56% dos votos válidos), no segundo turno e torna-se a primeira mulher a presidir a Nação brasileira.

É essa mulher quem, nove meses depois de ter assumido o comando do país, abre a reunião da 66ª Assembleia Geral das Organizações das Nações Unidas (ONU)⁴ - cujo discurso usamos como *corpus* do nosso trabalho - mudando o curso da história e ratificando a relevância do sexo feminino na ocupação de espaço e instância de poder.

Desse modo, as barreiras invisíveis, sustentadas por aspectos socioculturais, começam a ser quebradas por essa mulher que, bem antes de chegar à presidência da República, já havia exercido funções de comando, como é o caso dos Ministérios geridos por ela, espaços que eram reservados, tradicionalmente, aos homens.

A escolha do *corpus* se deveu ao fato de ser a primeira mulher na história do Brasil a estreitar o debate da Organização das Nações Unidas, confirmando-se a tradição do país que desde 1947 abre a Assembleia por ter sido um dos primeiros países a compor a instituição, logo após a segunda Guerra Mundial, encerrada em 1945.

Ademais, levamos em conta a repercussão desse discurso de estreia em toda a mídia nacional e internacional, dada a sua contundência, chamamento para que o mundo se ativesse a diversas questões humanitárias, bem como a amplitude da “sua” fala em favor de um projeto menos desigual e mais inclusivo.

² Em 1984 o Brasil se mobilizou na campanha pelas “Diretas Já”, visando por um ponto final no período ditatorial.

³ Regime autoritário que governou o país de 1º de abril de 1964 até 15 de março de 1985.

Sob o viés da Análise do Discurso, o nosso objetivo geral foi analisar como ocorreu o funcionamento desse discurso proferido pela presidente Dilma Rousseff.

São objetivos específicos:

a) Identificar como o sujeito enunciador fala a partir da sua formação ideológica e prática discursiva, permitindo que o seu discurso faça sentido;

b) Situar as marcas discursivas que refletem o posicionamento do sujeito, sobretudo, no que diz respeito à mulher.

c) Apreender como esse sujeito enunciador fala a partir do lugar que ocupa na relação de forças pela qual a sociedade é constituída.

d) Apontar estratégias de persuasão utilizadas no discurso, considerando os atravessamentos ideológicos e a memória discursiva da presidente do Brasil.

Em nossa análise, levamos em conta, especialmente, as marcas-político-ideológicas, bem como o funcionamento do papel da mulher na fala da presidente Dilma Rousseff, atentando para as seguintes questões:

a) Como os discursos proferidos pela presidente foram produzidos?

b) O que pretendia a presidente ao se referir à ocupação de espaços de poder pelas mulheres?

c) Quais as imagens construídas pelo sujeito enunciador, enquanto ocupante de um assento no rol de representantes de nação?

Para corporificar a nossa pesquisa, dividimos o trabalho em quatro capítulos:

No primeiro, fizemos uma exposição do referencial teórico da Análise do Discurso, doravante AD, orientada por autores como: Pêcheux (1996/2002), Orlandi (2001), Charaudeau (2006), dentre outros. Abordamos as transformações da AD e nos reportamos à Língua e a Construção de Sentidos, na perspectiva da Análise do Discurso, como materialidade discursiva, considerando a sua historicidade.

Encerramos o primeiro capítulo, versando sobre os conceitos de sujeito, tratando-o como indivíduo não empírico e como sujeito do próprio discurso, e fazendo uma abordagem sobre o sujeito preenchido pela forma-sujeito que se inscreve em determinada formação discursiva.

No segundo capítulo, enfocamos o *Ethos* Discursivo e o seu diálogo com a Formação

Imaginária, como um autorretrato discursivo, vinculado ao processo de enunciação e de construção da imagem que o sujeito orador passa de si, conforme ensinamentos de Pêcheux. Tratamos da Formação Imaginária sob a perspectiva do próprio Pêcheux (1996/2001) e trazemos à baila, a noção de *ethos* na concepção de Charaudeau (2011), Maingueneau (2001) e Amossy (2005).

O capítulo três é marcado pelas categorias de análise (Memória Discursiva, Formações Discursivas, Ideológicas e Imaginárias). Considerando que o discurso de um sujeito é um recorte da sua realidade sócio-cultural-discursiva, abordamos a questão do discurso, levando em conta o fato de tanto esse discurso ser determinado pelo processo sócio-histórico, como, também, pela influência que exerce sobre ele.

No mesmo capítulo, fazemos uma abordagem conceitual entre Político, Política e Discurso, sustentada em Charaudeau (2006), Courtine (2009), Pêcheux (1996) e outros. Embasada nas teorias de Bourdieu (1999) e Van Dijk (2008), ainda, destacamos a concepção de Poder e Dominação, considerando as relações de forças que se estabelecem não só entre gêneros, mas também no campo político, onde se instituem elementos como coação e persuasão.

O capítulo quatro traz uma análise sobre as condições de produção em que os discursos da presidente Dilma, na ONU, foram produzidos para que fizessem sentido, considerando a memória discursiva, o silenciamento e o não-dito. Para tanto, fizemos uso dos entendimentos de Orlandi (2001), Carvalho (2012) e outros. Em seguida, abordamos questões como cenários discursivos (o lugar de onde fala); espaços de enunciação, além de apresentar um rápido perfil do sujeito enunciador.

Tratamos da posição do Brasil na ONU e das razões que levaram a presidente Dilma Rousseff a abrir o evento da Organização, onde são debatidas questões políticas e humanitárias. Por último, apresentamos a metodologia utilizada para fundamentar a nossa pesquisa.

Para a análise do *corpus*, usamos os segmentos discursivos nos quais a presidente Dilma faz referência às mulheres, buscando identificar como se constroi o funcionamento do discurso, amparado pela memória e pelas marcas ideológicas. Levamos em conta o fato de que o sujeito não fala sozinho nos cenários discursivos e nem os “seus dizeres” constituem sentidos isolados, uma vez que as vozes dos outros se inscrevem nesses dizeres que já são frutos de outros dizeres, muitos dos quais esquecidos e/ou silenciados no campo da memória.

Para encerrar, nas considerações finais, destacamos os resultados de nossa pesquisa, sinalizando para o interdiscurso, a memória discursiva e as marcas político-ideológicas presentes no discurso da presidente. Apontamos sinais que revelam a vinculação dessas falas à história, às formações sociais e às práticas ideológicas e discursivas, construídas em vários cenários, bem como respondemos aos questionamentos levantados no decorrer do nosso trabalho.

Mostramos que a presidente, da posição de chefe de Nação e como oradora da tribuna da ONU, traz à baila a construção da imagem positiva que fez de si, deslocando, desconstruindo e ressignificando sentidos, sustentados pelo modelo patriarcal e dominador em que as mulheres continuam inseridas.

1. A ANÁLISE DO DISCURSO

1.1 Aspectos Introdutórios

A Análise do Discurso (AD) se constitui na conjuntura intelectual quando coloca como grande questão, a relação da estrutura com a história, do indivíduo com o sujeito e da língua com a fala. A AD surge na França, na década de 60 do século XX, e tem como um dos seus estudiosos, na linha francesa, o filósofo Michel Pêcheux.

Considerada uma disciplina de entremeio (Orlandi, 1992), a AD coloca em cena o discurso como o seu objeto de estudo, diferenciando-o tanto da fala quanto da língua. Apesar de muitos autores sustentarem essa tese (que o discurso é o objeto da AD), há quem pense que ao simplificar ou generalizar essa matéria, estaremos correndo riscos, considerando as mais diferentes interlocuções teóricas que têm marcado o seu espaço.

É propósito da AD, entre outras coisas, analisar a produção verbal e se constituir em uma alternativa, quando ao pesquisador interessar, o trabalho com a materialidade linguística para se atingir os mecanismos de produção de sentidos utilizados pelos sujeitos em sua produção discursiva. O analista do discurso não se limita a considerar o corpus em si, mas a colocá-lo no contexto vivido, apreciando o aspecto histórico e social de quem enuncia.

De acordo com Malidier (1997), a AD surge de uma dupla filiação: de um lado, Jean Dubois, linguista de renome que a trata como um progresso da linguística, passando do estudo das palavras e frases para o estudo do enunciado. De outro, M. Pêcheux, filósofo, que busca analisar a língua, observando aspectos que vão além da ação de falar.

Para Pêcheux, a AD é pensada como contraponto aos dois quadros teóricos existentes no campo da linguística: o Estruturalismo Saussuriano que se caracteriza, desde seu início, como fenômeno que contagia as ciências sociais, inscrevendo-a num projeto múltiplo e procurando distinguir, com nitidez, ciência e ideologia; e o Gerativismo Chomskiano, que leva às últimas consequências os postulados saussurianos, ocupando os espaços deixados pela formulação pioneira de Saussure, o qual se propunha a abordar qualquer língua como um sistema em que cada um dos integrantes só pode ser definido pelas relações de equivalência ou de oposição que mantém com os demais elementos.

A Análise do Discurso, ainda, se insurge contra o psicologismo que dominava as ciências humanas e considera o sujeito como descentrado, atravessado pelo inconsciente e pelo Outro, distante do sujeito consciente, que acredita ser livre e dono de si.

No entender de Orlandi (2005), na Análise do Discurso, a língua tem sua origem própria ao reintroduzir a noção de sujeito e de situação na análise da linguagem. Nesta perspectiva, a AD percebe a língua como um elemento discursivo que não pode ser confundido como uma mera transmissão de informação nem com um simples ato de dizer, pois evoca sua exterioridade à linguagem.

Para a AD, a noção de discurso deve ser compreendida como um efeito de sentido entre sujeitos em interlocução, ou seja, sujeitos se manifestando por meio da linguagem. É essencial relacionar o discurso à sua exterioridade, levando-se em consideração os processos de produção e circulação de sentidos.

Orlandi (2005, p.27) salienta que “uma análise não é igual à outra porque mobiliza conceitos diferentes”, experiências diversas, construídas em múltiplos cenários. Assim, o analista deve perceber as possibilidades de sentidos, além dos que estão expressos pelo conteúdo da materialidade textual, observando o espaço da enunciação e os sujeitos envolvidos.

No caso particular da AD Pecheutiana, sua filiação ao materialismo histórico⁵, como proposta de compreensão e análise da história das lutas e das evoluções econômicas e políticas, deve levar seus pesquisadores a buscarem o discurso em sua processualidade histórica. Ou seja: o analista deve tratar o discurso como prática do sujeito no seu fazer histórico-discursivo. É importante destacar que o sujeito é sempre o ator do seu tempo e deve ser construído através das práticas sociais e da ideologia.

Por ser legatária da linguística, da psicanálise e do materialismo histórico, a AD possibilita a articulação dessas áreas com o mundo exterior. Desta forma, a articulação com o Marxismo resulta no encontro do ideológico com o linguístico. Já com a linguística, delineiam-se os funcionamentos da língua que produzem os efeitos de sentido. Com a Psicanálise, surge a noção de subjetividade⁶, entendida como o espaço de encontro do indivíduo com o mundo social e que crê na impossibilidade de separar a constituição do sujeito da constituição de seu discurso.

⁵ O materialismo histórico se evidencia a partir da publicação do Manifesto Comunista, de K. Marx e Friedrich Engels, em 1848, contrapondo-se ao capitalismo industrial do século XIX.

A Análise do Discurso fornece um dispositivo teórico para o trabalho do analista, considerando-se os aspectos históricos, sociais e ideológicos que envolvem a produção dos discursos. O que importa para ela é analisar o modo de funcionamento linguístico dos discursos, observando as várias modalidades do exercício da língua num determinado contexto histórico-social de produção, conforme Brandão (1998, p.19).

Ao nos debruçarmos sobre os conceitos e construções da AD, passamos a entender que um sujeito, ao abordar um discurso - independente do contexto - não o faz pela primeira vez. Esse discurso não foi construído originariamente, assim como não está sendo proferido originariamente. A sua fala já foi dita de diversas maneiras e reconstruída em vários lugares, em outras circunstâncias, com outras palavras, sob outras perspectivas.

Diante do exposto, podemos afirmar que um discurso é um complemento de outros discursos com que dialogam, discordam e se complementam. O analista parte do pressuposto de que a discursividade presente no enunciado caracteriza-se pelos sentidos construídos a partir dos agentes que interagem.

O analista, ainda, compreende que o processo de comunicação não pode ser reduzido à mera transmissão de informação, de forma certinha e inequívoca, pois nela estão inseridas experiências, visões de mundo, pertencimento a dada classe social, dentre outros aspectos que determinam o dizer e o não-dizer.

De modo geral, a AD tem a função de explicar os caminhos do sentido e os mecanismos de estruturação do discurso, esclarecendo por que o discurso produz sentidos; não aqueles explicitados, mas os implícitos e o não-dito. Daí, Orlandi sugerir remeter esse texto ao discurso, mostrando as suas relações com as Formações Discursivas (FD), pensando essas afinidades com a ideologia. Observamos que a FD trabalha a linguagem afetada pelo inconsciente, porque o que está guardado, armazenado (memória) vem à superfície do discurso.

1.2. Pêcheux e as Três Épocas da AD

Após revisões e mudanças em seus principais conceitos, Pêcheux (2001b) avança trazendo algumas categorias de heterogeneidade enunciativa para a Análise do Discurso, apresentando uma síntese dos deslocamentos e questionamentos que cercaram o seu projeto teórico.

Para ele, esse rápido percurso histórico que sinaliza para embates, reconstruções e retificações conceituais, pode ser resumido em três situações: (I) **AD-1** que traz a ideia de exploração metodológica da noção de maquinaria discursiva estrutural; (II) **AD-2**: que aponta para a justaposição dos processos discursivos à tematização de seu entrelaçamento desigual, e (III) **AD-3**: que revela a emergência de novos elementos da AD, através da desconstrução das maquinarias discursivas.

No entendimento do autor, o discurso não se dá na evidência de seus encadeamentos. Como a AD penetra na opacidade do discurso, é preciso desconstruir a discursividade para tentar apreendê-lo. Nesta fase, faz-se um esforço para operacionalizar o dispositivo de análise e um esboço da teoria, cujo fundamento é articular as questões do discurso com as do sujeito e da ideologia.

A partir de então, começam-se a definir conceitos considerados imprescindíveis, como: discurso, condições de produção⁷ e interdiscurso⁸, em que se tem a ideia do não-dito constitutivo do discurso.

A teoria do discurso vai se delineando a medida que a prática de análise vai colocando questões ao aparelho conceitual que vinha sendo construído. Os deslocamentos teóricos vão se processando e se constituem exatamente no eixo diálogo/embate entre teoria e prática. Passado o primeiro momento, em que se produzem respostas e questões para as outras ciências, o dispositivo de análise começa a apontar para a própria teoria.

Pêcheux mostra que alguns desenvolvimentos teóricos que abordam a tese da heterogeneidade enunciativa conduzem, ao mesmo tempo, a tematizar as formas linguístico-discursivo do discurso outro. Deste modo:

O discurso de um outro, colocado em cena pelo sujeito, ou discurso do sujeito se colocando em cena como um outro. Mas também e, sobretudo, a insistência de um 'além' interdiscursivo que vem aquém de todo autocontrole funcional do 'ego-eu'. (PÊCHEUX 1983, p.316).

Convém ressaltar que, em sua obra, Pêcheux destaca vários conceitos fundamentais para a o quadro teórico da AD, mas não apresentou reflexão sobre a natureza heterogênea do discurso. Somente a partir de *Semântica e Discurso* (1997), quando inicia a reavaliação do quadro teórico, é que a questão começa a ser contemplada.

⁷Essas Condições de produção remete-nos à relação de forças presentes na constituição da prática discursiva.

⁸ Interdiscursividade, grosso modo, é a reconfiguração de uma formação discursiva.

Pêcheux (1975) afirma que no cerne de uma formação discursiva, o discurso não constitui um todo homogêneo. Para ele, “toda prática discursiva está inscrita no complexo contraditório-desigual-sobredeterminado das formações discursivas que caracteriza a instância ideológica em condições históricas dadas”. (PÊCHEUX, 1975, p. 213).

O ideológico e o inconsciente, a partir de Pêcheux, não podem mais ser pensados como elementos “residuais” da linguagem, mas como subsídios constitutivos de todo e qualquer discurso e, conseqüentemente, de todo sujeito.

É importante ressaltar que os processos discursivos não têm origem no sujeito, mas se realizam com ele. A tomada da palavra como fonte do seu próprio dizer vai se firmando nas relações sociais em virtude da necessidade de integrar esses processos discursivos a um conjunto de discursos “possíveis”. Nesse sentido, de acordo com Pêcheux (1969, p. 16), “torna-se impossível analisar um discurso como um texto, como uma sequência linguística fechada sobre si mesma”.

Por isso, há uma necessidade de compreendermos o meandro das deliberações sociais, econômicas e políticas registradas no curso da formação do indivíduo para que possamos entender como ocorre a produção intelectual e, conseqüentemente, a discursiva. É importante dizer que essa produção nem sempre condiz com as convicções e valores do sujeito que enuncia, uma vez que ela é determinada pela função que exerce (posição da qual fala/ocupa) no contexto.

Pode-se afirmar que é o contexto, a conjuntura ideológica em que essa produção está inserida que determina a orientação social do homem, bem como a sua manifestação ideológica. A partir dessa dialogicidade, a palavra se transforma num campo de muitas vozes que tentam ser ouvidas por outras vozes e recebidas por diversos receptores e interlocutores/agentes. Observa-se que sem palavra não existe ideologia e, conseqüentemente, não há relações sociais de produção.

1.3. Língua e a Construção de Sentidos

Não podemos ignorar a relação da língua com a materialidade do discurso, considerando que a língua é estrutura, mas também é história em movimento. Nessa perspectiva, Orlandi (2007, p. 47) ensina que para que a língua faça sentido é preciso que a história intervenha “pelo equívoco e pela opacidade”.

Brandão ressalta, em *Introdução a Análise do Discurso* (2004), que a língua é um fato social, cuja existência se funda na necessidade de comunicação. Para a autora, o discurso é o elo entre a articulação dos processos ideológicos e dos fenômenos linguísticos. É o discurso quem materializa essa relação e, no interior da língua, aponta os efeitos das contradições ideológicas.

Pode-se dizer que, ao falar, o orador constroi um sentido (bem como constroi a si próprio), em um processo de formação da identidade na relação com a língua. Assim, conclui-se que língua e discurso se imbricam e se contradizem, uma vez que, na *Análise do Discurso*, a língua tem certa autonomia, já que, segundo Pêcheux (1997), todo processo discursivo se inscreve numa relação (contraditória) ideológica de classes e mantém entre si os processos discursivos que o constitui.

De acordo com Pêcheux (1997, p.91), a noção de língua estabelece a condição de possibilidade do discurso. Para o autor (*idem*), “é sobre a base dessas leis internas que se desenvolvem os processos discursivos”, fazendo com que a língua funcione como pressuposto para a análise da materialidade do discurso.

Na prática, a língua é a materialidade para o discurso de sujeitos constituídos de várias formas e em várias conjunturas. Orlandi (2006) corrobora esse entendimento e acrescenta que, assim como a língua é a materialidade do discurso, o discurso é a materialidade da ideologia.

Desse modo:

O trabalho simbólico do discurso está na base da produção da existência humana. Procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história. (ORLANDI, 2006a, p. 15).

Julga-se, então, que a proximidade entre língua e ideologia afeta a construção do sujeito e do sentido, entendendo que ambos se fundam ao mesmo tempo. É certo que esse sujeito não é totalmente livre, mas, como ressalta Orlandi, (1996), ele tem uma necessidade muito forte de atribuir significado às coisas.

Nesse sentido Pêcheux (1975, p. 144) destaca que a significação não existe em si mesmo, isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante, mas é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas. Assim sendo, fica claro que, como produtor da língua, é pelo dizer que o sujeito se diz e se forma no âmbito dos acontecimentos históricos.

Bakhtin (2006) conceitua a palavra (língua) como um signo ideológico, produto de interação social que promove inter-relações entre os sujeitos falantes que sustentam determinadas posições ideológicas e discursivas. No entender do autor (*idem*, p.37), a língua está diretamente vinculada aos processos de produção “e diz respeito às esferas das diversas ideologias especializadas e formalizadas”. Para Bakhtin (*idem*), a língua é um objeto concreto decorrente da expressão individual de cada falante.

Percebe-se que, além dos fundamentos linguísticos, as relações histórico-sociais têm peso relevante na (re) significação das palavras, variando de acordo com as arenas de vivência e os momentos em que são proferidas.

Segundo Bakhtin (1992b, p.313), é esse encontro entre a realidade efetiva e as circunstâncias das relações sociais, que se constroem em variáveis cenários e que se sustentam mutuamente, possibilitando a palavra “fazer sentido”. No entender do autor (*idem*), a expressividade da palavra não pertence a ela mesma.

Conclui-se, portanto, que o sujeito se evidencia na prática da língua, desloca-se em vários sentidos e tem a ilusão de ser dono do seu próprio dizer. Esse caráter ilusório-inconsciente do sujeito, Pêcheux (1998) chamou de “Esquecimentos nº 1 e nº 2”. No primeiro, esse sujeito, apontado como enunciador, coloca-se como origem de tudo o que diz. No segundo, tem a ilusão de que atribui significados às suas palavras e as escolhe, livremente, para compor a “sua” fala.

Assim, ratificando o pensamento de Orlandi (2006), constata-se a língua como a materialidade do discurso e o discurso, conseqüentemente, como a materialidade da ideologia, enquanto a linguagem propicia a constituição do objeto de análise, que é o discurso. Assim, o discurso ganha materialidade quando formulado por um sujeito que age na língua, em determinadas condições de produção, considerando que ele é ideológico e histórico.

1.4. Sujeito e Forma-Sujeito

Na Análise do Discurso, o sujeito não é o indivíduo empírico, mas o sujeito do discurso, atravessado por marcas históricas, sociais e ideológicas. É o sujeito que tem a ilusão de ser autor e fonte do seu próprio dizer.

A noção de sujeito em Pêcheux se estabelece a partir do lugar de onde o sujeito fala, ou seja, de uma formação discursiva, regulada por uma formação ideológica que define o que

esse sujeito pode e deve dizer. Compreende-se, portanto, que o sujeito se evidencia na prática da língua, deslocando-se em vários sentidos.

Convém frisar que o sujeito é efeito de linguagem e história e, por sua característica de incompletude, constitui-se a partir da relação com o Outro. É nesse “encontro” com o Outro que o sujeito se forma, sobretudo, discursiva e ideologicamente. Segundo Amaral (2005), é incorporando elementos pré-construídos que o sujeito coloca a sua “marca” no discurso:

O sujeito inscreve em seu discurso “traços” da formação discursiva que o domina e com a qual se identifica, estabelecendo-se como forma-sujeito do discurso. (...) o dizer do sujeito se realiza quando esse sujeito se inscreve no já dito. (AMARAL, 2005, p.50).

Usando a AD como parâmetro, observa-se que toda formação discursiva insinua uma forma-sujeito, a partir da qual o sujeito se identifica e passa a se colocar enquanto sujeito do discurso. Na prática, a forma-sujeito é o elemento de identificação do sujeito com o mundo. Para Orlandi (1996), o sujeito é um componente constitutivo do real.

Pêcheux, em *Semântica e Discurso* (1996), confirma a relação da forma-sujeito com o sujeito do saber de uma determinada formação discursiva com a qual ele se (des) identifica. Coloca-se enquanto sujeito do discurso, ideologicamente interpelado, e se constitui, ou seja, é o sujeito preenchido pela forma-sujeito que se inscreve numa determinada formação discursiva, com a qual se identifica e se estabelece como tal.

Assim, verifica-se que a tomada de posição de um sujeito não é entendida como um ato originário do sujeito-falante. Ao contrário: esse ato, na forma-sujeito, é compreendido como resultado da exterioridade, do real ideológico e discursivo. Convém frisar que esse sujeito, que se identifica com determinada formação discursiva pode se desinteressar e se reconstituir com base em um novo paradigma.

Pêcheux (2009, p.199-201) institui três modalidades do discurso em relação ao sujeito e a posição tomada por ele, enquanto enunciador: superposição, discurso do mau sujeito e desidentificação. A primeira revela uma identificação plena do sujeito do discurso com a forma-sujeito da formação discursiva que o afeta, caracterizando o “discurso do bom sujeito”.

A segunda modalidade (discurso do mau sujeito), ocorre quando o sujeito do discurso duvida, questiona e gera tensão, levando o sujeito enunciador do discurso a se contrapor à formação discursiva na qual está inscrito.

A terceira modalidade (desidentificação) é uma tomada de posição não subjetiva que conduz o deslocamento e a transformação da forma-sujeito, fazendo com que o sujeito do discurso se desidentifique de uma formação discursiva e de sua forma-sujeito para se identificar com outra FD e com outra forma-sujeito. É a fragmentação da forma-sujeito que compõe a posição-sujeito. Assim, ao analisarmos uma, temos, necessariamente, que analisar a outra, pois estão interligadas por fragmentos.

Voltando-se para o discurso (*corpus* do nosso trabalho) da presidente Dilma Rousseff, na abertura do debate da Assembleia Geral da ONU, temos um sujeito que fala da posição de representantes de uma Nação e que traz, em seu pronunciamento, marcas político-ideológicas, intradiscursos e interdiscursos.

2. DIÁLOGO ENTRE ETHOS E FORMAÇÃO IMAGINÁRIA

Dentro dos processos discursivos funciona uma série de formações imaginárias que indicam os lugares “que A e B se atribuem, cada um a si e ao outro, a imagem que eles fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro.” (PÊCHEUX, 1990, p.82).

Segundo o autor (idem, p.83), todo processo discursivo supõe a existência das seguintes formações imaginárias:

IA(A): Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em A - Quem sou eu para lhe falar assim?

IA(B): Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em A - Quem é ele para que eu lhe fale assim?

IB(B): Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em B - Quem sou eu para que ele me fale assim?

IB(A): Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em B - Quem é ele para que me fale assim?

Compreende-se que a produção do discurso faz com que o orador/sujeito crie uma representação imaginária da interação entre o EU e o OUTRO, cunhando-se um jogo de imagem de um discurso, já que o sujeito ao ocupar uma determinada posição, constroi uma imagem ao pronunciar seu discurso, seja do lugar que ocupa, do lugar que ocupa o seu interlocutor e do lugar do próprio discurso.

Assim, no decorrer da nossa pesquisa, podemos verificar que, ao se referir às formações imaginárias, Pêcheux (1990) já sinaliza para o *ethos*, sobre o qual tratamos mais adiante. A proximidade entre esses dois conceitos é observada ao considerarmos que tanto uma quanto a outra trabalha a “venda” da imagem (ideal) que o sujeito faz de si para o seu receptor. Convém destacar que essa imagem não, necessariamente, representa o real do sujeito enunciatador.

Compreendendo o discurso como um lugar em que o *ethos* discursivo é construído, não podemos ignorar a importância da ação retórica sugerida por Aristóteles (2012) na construção de imagens de si, dada a sua característica persuasiva. O autor (idem) ensina que o que o sujeito expõe deve estar em conformidade com aquilo que o auditório espera para que, de fato, possa ocorrer a persuasão.

O persuadir é fruto da confiança que se constroi junto ao auditório. Assim, a arte retórica se propõe a diagnosticar ocorrências de discurso para ajustar à sua principal finalidade, que é a de convencer.

No entender de Aristóteles (2012), para que o orador obtenha a imagem de si, configurando-se o *ethos*, o sujeito se vale de três competências: a prudência (*phronesis*), a virtude (*aretê*), a benevolência (*eunoia*), vinculadas a informações - palpáveis ou não - sobre seu interlocutor.

Convém ressaltar que, na retórica, a noção de *ethos* é centrada no sujeito do discurso. Na perspectiva da Análise do Discurso, no entanto, essa noção é deslocada, uma vez que o sujeito não imprime os efeitos a serem produzidos no interlocutor. Esses efeitos vão se firmar, a depender da formação discursiva, bem como da conjuntura em que ela está inserida.

Para entender como se dá esse processo é preciso, antes, compreender a maneira pela qual o sujeito, na posição de enunciador, apresenta-se na tentativa de conquistar a adesão do interlocutor, demandando atribuição de sentido e credibilidade ao enunciado produzido por parte dos co-enunciadores.

A seguir, faremos uma exposição do pensamento de alguns teóricos sobre a questão do *ethos*. Convém destacar, porém, que para embasar a análise que nos propomos realizar, utilizaremos os fundamentos do *ethos* sustentados por Charaudeau.

2.1. Formação Imaginária em Pêcheux

Como mencionado anteriormente, o termo *ethos* não está presente na teoria de Pêcheux, no entanto, percebemos que ele se reporta ao assunto através de jogos de imagens, representados pelas formações imaginárias.

De acordo com o autor (1997a), o êxito do discurso é garantido quando os sujeitos trabalham os mecanismos de antecipação em relação aos receptores. O sujeito planeja estratégias para causar o efeito desejado em seu ouvinte. Para isso, recorre a jogos de imagens na expectativa de saber mais sobre o seu interlocutor. Os discursos são marcados por traços linguísticos, históricos e ideológicos.

A percepção da imagem do ouvinte e do próprio sujeito enunciador é determinada pelas formações imaginárias. É a partir daí que o sujeito do discurso faz do (s) seu (s) lugar (es) social (is), o lugar social do Outro que ele “representa”. Pêcheux (1997a, p. 82) diz que

“nossa hipótese é a de que esses lugares estão representados nos processos discursivos em que estão colocados em jogo”.

As formações imaginárias são relacionadas às relações de sentidos, de força e de antecipação que funcionam para (e através do discurso), estabelecerem determinado controle sobre o que é produzido. Desse modo, observa-se que o lugar de onde o sujeito fala é constitutivo do que ele diz, conforme ensina Orlandi:

[...] se o sujeito fala a partir do lugar de professor, suas palavras significam de modo diferente do que se falasse do lugar de aluno. O padre fala de um lugar em que suas palavras têm uma autoridade determinada junto aos fiéis etc. Como nossa sociedade é constituída por relações hierarquizadas, são as relações de força, sustentadas nestes lugares que fazem valer a comunicação. (ORLANDI, 2002, p.40)

O seu dizer produz imagens a seus interlocutores e estas serão projetadas e o conduzirão a ocupar posições em seus discursos. Isto significa que, segundo Pêcheux (1997 p. 82) esse dizer sai “de uma situação (empírica) para a posição (discursiva)”. São essas posições que significam no discurso, bem como em relação ao contexto sócio-histórico e à memória (saber discursivo já dito).

Conclui-se, assim, que a Formação Imaginária não se manifesta com base em sujeitos empíricos, mas se apoia em representações mentais do que possivelmente aquele interlocutor simbolizaria no mundo real. Caracteriza-se a partir de questões como o lugar social ocupado pelo sujeito e intervêm nas condições de produção dos discursos, pois o sujeito quando enuncia, mobiliza um funcionamento discursivo que remete a essas formações.

2.2. O Ethos Político em Charaudeau

No entendimento de Charaudeau (2006), o *ethos* é um produto constituído na enunciação e deve ser materializado, considerando o olhar do auditório/ouvinte sobre o orador, bem como nos elementos que cercam e sustentam o discurso. É o chamado *ethos* pré-construído.

O *ethos* funciona como um espelho dos imaginários existentes em sociedade e, para Charaudeau (*idem*), será construído mediante a visão aristotélica, que o caracteriza como técnica de influência sobre o outro, objetivando a persuasão. O autor alerta que:

O *ethos*, enquanto imagem que se liga àquele que fala, não é uma propriedade exclusiva dele; é antes de tudo a imagem de que se veste o locutor a partir daquilo que diz. (...) o *ethos* relaciona-se ao cruzamento de olhares, o olhar do outro sobre aquele que fala. (...) Para construir a imagem do sujeito que fala, esse outro se apoia

ao mesmo tempo nos dados preexistentes ao discurso e nos dados trazidos pelo próprio ato de linguagem. (CHARAUDEAU, 2006, p.115).

Ele só faz efeito quando reflete aquilo que os outros desejam. Nesse contexto, o sujeito é, inicialmente, vinculado a uma identidade social (posição), que vai lhe garantir o direito à palavra e funda a sua legitimidade como ser comunicante. (Charaudeau, 2006, p. 115). Mais adiante, esse sujeito do discurso estabelecerá (para si) uma imagem discursiva, em cada papel que desempenhar.

Assim, forma-se uma identificação psicológica e social, por meio da qual o sujeito se apresenta. De acordo com Charaudeau (*idem*) o *ethos* é o resultado dessa dupla identidade (psicológica e social) que, ao final, funde-se em uma única. Segundo o autor, o *ethos*, também, poderá funcionar como um jogo de máscaras, ora ocultando quem realmente se é, ora explicitando a verdade. É um *ethos* não totalmente voluntário, pois boa parte dele não é consciente.

Pode-se afirmar que o *ethos* está vinculado às ideias que, conseqüentemente, construirão imagens. Charaudeau (2011) vê no *ethos* discursivo, o caminho para a persuasão. Assim, no entendimento do autor (2005/2006), todo ato de linguagem emana de um sujeito que suscita sua relação com o outro, de modo a influenciá-lo, tendo de gerir uma relação na qual o parceiro tem seu próprio projeto de influência.

2.3. A Noção de Ethos em Maingueneau

Maingueneau (2001) designa o *ethos* como elemento chave para a construção de imagens de si, vinculando-as às cenas de enunciação. Para o autor, as imagens são construídas em diferentes cenários, fazendo-nos entender que o representante político pode construir diferentes imagens que explicitem características que o definirão ora popular, ora democrata, ora experiente. É ele quem escolhe quem vai ser, quando e onde o será.

O *ethos*, em Maingueneau, retira a noção de voz e a substitui pela noção de tom⁹. É através do tom que as imagens de si estreitam uma ligação com o caráter e a corporalidade dos discursos. Nessa dupla configuração, o caráter vincula-se à herança retórica de Aristóteles, e é fundamentado pela ideia de que o bom orador é aquele que consegue unir o caráter moral (ligado a diversos traços psicológicos) à capacidade de bem manejar o verbo,

⁹Os modos de dizer e de criar imagens não dizem respeito somente à oralidade, mas também à escrita, pois através da leitura também se torna possível perceber autoridade e demais aspectos que caracterizam a imagem daquele que enuncia.

além de contar com a corporalidade, cuja materialidade dá estrutura ao que é enunciado, através de modos de se apresentar no espaço social. (Amossy, 2008, p. 18).

Nessa conjuntura, a imagem contribui para a conquista de interlocutores e para a eficácia da palavra. Isso ocorre porque ao enunciar, o fiador¹⁰ do discurso revela toda sua personalidade. No entanto, os traços de caráter, segundo Maingueneau (2001), são demonstrados com sutileza. Não se tratam de afirmações elogiosas que o orador faz a próprio respeito, que podem chocar o ouvinte, mas daquelas que garantem certa aparência:

[...]que lhe conferem o ritmo, a entonação, calorosa ou severa, a escolha das palavras, dos argumentos... [...] É na qualidade de fonte de enunciação que ele se vê revestido de determinadas características, que por ação reflexa, tornam essa ação aceitável ou não. (MAINGUENEAU, 2001, apud MOTTA, 2008, p.14).

Essa é a eficácia do *ethos*: a de se imiscuir em qualquer enunciação sem ser explicitamente enunciado. Através da leitura (identificação) da imagem que está implícita, o discurso recebe consistência (persuasão).

Nesse processo, valores socialmente especificados serão avaliados pelo interlocutor, que tentará desvendar se aquilo que o fiador diz é compatível com suas atitudes e com o mundo que constroi em seus enunciados. Para Maingueneau (2001), a organização dos conteúdos que se enuncia deve estar legitimamente ligada à cena em que o discurso está inscrito.

Essa conexão com a cena enunciativa¹¹ é necessária porque a noção de *ethos* pode, o tempo todo, apresentar amplas zonas de variação. Nem sempre o *ethos* visado é necessariamente o produzido. Isso ocorre, segundo Maingueneau, em capítulo inicial da obra *Ethos Discursivo*, porque aquele que faz a leitura de uma imagem de si pode, por antecipação¹², criar imagens incompatíveis às que são lançadas pelo fiador.

Desse modo, a incompatibilidade referente à interpretação do *ethos* pode se dar mediante uma complexa percepção, que mobilizará desde a afetividade do intérprete até elementos mais obscuros, que sejam difíceis de dizer, se fazem ou não, parte do discurso, mas que influenciam na construção da imagem do fiador, como por exemplo:

¹⁰O fiador é a voz que se manifesta no discurso e que é construído pelo destinatário a partir de índices liberados na enunciação. MAINGUENEAU (apud Motta, 2008, p. 18)

¹¹ A cena enunciativa é processo e produto da enunciação. Ela pode ser englobante (que dá tipologia ao discurso), genérica (que insere o discurso em um gênero) ou cenografia (é a cena de fala em que o discurso é enunciado). (Aragão, 2012, p.57)

¹² Expressão tomada por Pêcheux, que aqui é denominada como *ethos* pré-discursivo.

[...] Um professor que queira passar uma imagem de sério pode ser percebido como monótono; um político que queira suscitar a imagem de um indivíduo aberto e simpático pode ser percebido como demagogo. Os fracassos em matéria de *ethos* são moeda corrente. MAINGUENEAU (apud Motta, 2008, p. 16)

Enfim, a noção de *ethos* pede, a seu receptor, sensibilidade e percepção da cena enunciativa, antes de qualquer constatação. Para Maingueneau, o discurso é aquele que em determinado momento constrange o destinatário a se identificar com ele, seja aquele amparado em esquemas ou constituído de valores historicamente específicos.

O que garante a adesão do destinatário é a reciprocidade entre cena, da qual o *ethos* participa e o conteúdo nela apresentado. Procedimentos e estratégias não fazem parte da concepção de *ethos* para o autor, pois estas retiram os conteúdos da presença de cenas de enunciação.

2.4 Ethos e Argumentação em Amossy

Diferente de alguns autores, Amossy (2005) entende que há discursos que não têm objetivo argumentativo, no sentido de que eles não veiculam nenhuma intenção de persuadir e não esperam fazer o ouvinte aderir a uma posição claramente definida por estratégias programadas pelo orador.

Na Retórica há passagens que atribuem ao *ethos* um caráter neutro. Porém, para a própria Amossy, mesmo a fala que não ambiciona convencer busca, ainda, exercer alguma influência, orientando modos de ver e de pensar, o que, naturalmente, faz cumprir o seu papel persuasivo. É importante destacar que o ator social, independente do papel que represente em sociedade, vai gerenciar a sua imagem visando garantir a adesão do seu auditório/ouvinte.

Amossy (2005, p. 46) mostra que “deliberadamente ou não, o sujeito efetua em seu discurso uma apresentação de si”. A autora (idem, p. 10), observa, porém, que “é [...] ao caráter moral que o discurso deve, eu diria, quase todo o seu poder de persuasão”.

Essa persuasão por efeito de atitude moral ocorre quando o discurso acontece de uma maneira que deixa a impressão de que o orador é digno de confiança. Nessa perspectiva, Aristóteles (2005) sustenta que:

Obtém-se a persuasão por efeito do caráter moral, quando o discurso procede de maneira que deixa a impressão de o orador ser digno de confiança. As pessoas de bem inspiram confiança mais eficazmente e mais rapidamente em todos os assuntos, de um modo geral; mas nas questões em que não há possibilidade de obter certeza e que se prestam a dúvida, essa confiança reveste particular importância. (...)

o caráter moral deste [orador] constitui, por assim dizer, a prova determinante por excelência. (ARISTÓTELES, 2005, p.33.)

Amossy salienta, ainda, que o *ethos* conjuga a enunciação e o social, os estereótipos e os lugares comuns, os chamados *topoi*¹³. A autora considera fatores como, a imagem do orador, seu discurso, sua função e sua posição social para estabelecer a eficiência do desempenho argumentativo e os efeitos persuasivos do orador sobre seu auditório.

As noções de *ethos* são claramente mobilizadas pela presidente Dilma Rousseff (PT), em seu discurso na tribuna da ONU, dada a necessidade de persuadir o seu ouvinte/interlocutor. É certo que, talvez, esse apoderar dos vários *ethos* (chefe, forte, crédula...), ocorra de forma involuntária.

É fato, contudo, que ao se pronunciar perante uma platéia de líderes de 193 países, a presidente brasileira marca bem a sua posição e mostra os seus traços de caráter ao auditório, visando passar a boa impressão da sua imagem como se dissesse “sou isso e não aquilo”, conforme destaca Barthes (1975, p.203).

¹³Na retórica aristotélica, são apontados como categorias gerais de argumentos, cuja finalidade é possibilitar a sua compreensão por meio da genialidade.

3. CATEGORIAS DE ANÁLISE

3.1. Memória Discursiva

Não há como se fazer análise de um discurso sem fazer essa “busca” pela memória discursiva, dada a sua importância na compreensão dos efeitos de sentido do *corpus* de análise do verbal e do não verbal revelados. É imprescindível ressaltar que os sentidos, construídos (por) e pela memória, não estão nas palavras ditas naquele momento, mas antes e depois delas e, naturalmente, dependem de relações com uma formação discursiva.

Esse pensamento se coaduna com o entendimento de Pêcheux (1997) para quem todo discurso se constitui a partir de uma memória e do esquecimento de outro. Com isso, os sentidos vão se formando a partir do encontro com outros sentidos. O autor (1999, p.52) mostra que o espaço do sujeito-orador é interpelado por uma memória em que os discursos surgem como acontecimento e se constituem enquanto pré-construídos e origem de novos atos.

Pêcheux (*idem*) avalia que há um elo estabelecido entre memória e imagem. A imagem, na opinião do autor, funcionaria como um operador da memória social, comportando, no interior dela mesma, um programa de leitura, um percurso escrito discursivamente em outro lugar. Essa imagem atuaria, ainda, como acontecimento, atravessada por discursos outros e constituída de opacidade.

Em seus escritos, Pêcheux (1997) sublinha a memória discursiva como interdiscurso. É o nosso discursivo construído com o que já foi dito de várias formas, em outros cenários. Ou seja, é o já-dito que está na base do dizível e se sustenta nas formações discursivas. É a memória quem restabelece os implícitos, os pré-construídos¹⁴, conforme registra Pêcheux (1999, p.52).

Para o autor (*idem*, p.50), há uma tensão contraditória na questão da constituição do espaço da memória, uma vez que o acontecimento pode “escapar” à inscrição, sendo absorvido como se não tivesse acontecido, não adquirindo força para impressão na história, ficando no esquecimento. A esse respeito Pêcheux assinala que:

¹⁴ Para PÊCHEUX [1975 (1995, p. 99)], pré-construído é um termo proposto por Paul Henry para designar aquilo que remete a uma construção anterior e exterior, mas sempre independente, opondo-se ao que é construído pelo enunciado.

Assim como a língua é sujeita a falhas, a memória também é constituída pelo esquecimento, daí decorre que a ideologia, diz Pêcheux (1982) é um ritual com falhas, sujeito a equívocos, de tal modo que, do já dito e significado, possa irromper o novo, o idealizado. No movimento contínuo que constitui os sentidos e os sujeitos em suas identidades na história (ORLANDI, 1999, p. 65).

Esses sentidos, de acordo com Pêcheux (1993), são produzidos pelos sujeitos através da produção do imaginário, traçado a partir de um retrato que o sujeito planeja para si e para o seu interlocutor. É o que acontece com a presidente Dilma Rousseff ao se pronunciar na tribuna da ONU, em 2011.

Ao analisarmos os fragmentos e o próprio contexto histórico, é possível observar que a presidente evoca para si uma memória que, na prática não representa a totalidade dos seus atos, seja como militante nos movimentos de “guerrilha”, ou na sua atuação técnico-político. Essa memória, no entanto, faz-se importante na constituição dos sentidos que o sujeito precisa estabelecer para criar as suas identidades e sustentar a imagem que planeja para alcançar os seus receptores.

É evidente que não podemos ignorar que o interdiscurso está articulado ao complexo de Formações Ideológicas (ORLANDI, 2006). Concretamente, o discurso está atrelado a outros discursos, formando-se uma estrutura de memória discursiva e, conseqüentemente, de história que, no esquecimento, continua nos afetando.

Nesse caminho, a autora (*idem*) sugere três noções de memória: discursiva; institucional e metálica. Interessa-nos abordar sobre a memória discursiva à qual o discurso está atrelado e pela qual podemos nos lançar a um enunciado pré-construído.

Com a memória discursiva, os enunciados pré-construídos podem constar na formação discursiva de cada sujeito que, ao produzir novos discursos, estabelece relações com tudo o que já foi dito, por meio do interdiscurso e de sua memória discursiva.

Desse modo, para que as nossas palavras façam sentido é preciso que elas já tenham sido (re) ditas em vários outros cenários discursivos. Assim, cada palavra pronunciada, ajuda na construção de um sentido que vem carregado de marcas ideológico-discursivas, bem como da própria memória.

3.2. Formação Ideológica

A Formação Ideológica (FI) é apreendida como um elemento capaz de intervir como uma força em confronto com outras forças na conjuntura ideológica de uma formação social,

em um dado momento da história. Ela nos dá a dimensão da visão de mundo de uma determinada classe social, através de um leque de representações.

Segundo Pêcheux & Fuchs (1975, p.165), a região da ideologia deve ser caracterizada por uma materialidade específica articulada sobre a materialidade econômica. O autor considera que a ideologia adquire materialidade no discurso e que o processo de constituição de um sujeito é fruto de diferentes formas ideológicas.

Nos dizeres de Amaral (2005) as Formações Ideológicas (FI) cumprem sua função na determinação dos sentidos das palavras porque as inscrevem nos processos discursivos das Formações Discursivas (FD's) que se apresentam. As FI's se colocam como o limiar entre o dizível e o não dizível, a partir de uma posição ideológica.

Conclui-se, portanto, que a ideologia vai funcionar como espelho das relações de produção. Isto é: o sujeito será assujeitado¹⁵ (ou interpelado como preferem alguns teóricos) como sujeito ideológico, de forma que cada um, ao ser interpelado pela ideologia, busque ocupar o seu lugar em grupo ou classe social de uma determinada formação social. Apesar dessa “acomodação” imposta pelo processo ideológico, o sujeito acredita estar exercendo a sua livre vontade.

Para Brandão (1991), cada formação ideológica constitui um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem ‘individuais’ nem ‘universais’, mas se relacionam, mais ou menos, diretamente com as posições de classe em conflito umas em relação às outras.

As chamadas classes sociais (instituições organizadas) eternizam a ideologia através do que Althusser (1974) denominou de Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE). Esses Aparelhos Ideológicos colocam no centro das discussões, práticas associadas a lugares ou a relações de lugares que remetem à relação de classe.

Os Aparelhos Ideológicos, sob a tutela de uma classe dominante, funcionam reproduzindo a ideologia dominante num processo assim definido por Althusser (1969):

As lutas de classes nos AIEs são apenas um aspecto de uma luta de classes que vai além deles. A ideologia que uma classe detentora do poder transforma na ideologia dominante, em seus AIEs, de fato se “realiza” nesses AIEs, porém vai muito além

deles, pois vem de outro lugar. Similarmente, a ideologia que uma classe dominada consegue defender, dentro e contra esses AIEs, vai além deles, pois vem de outro lugar. (ALTHUSSER, p. 139, 140).

Segundo Brandão (1991, p.47), num determinado momento histórico e no interior dos Aparelhos Ideológicos, as relações de classe podem ser caracterizadas pelo confronto de posições políticas e ideológicas que se organizam de forma a entreter entre si relações de aliança, de antagonismos ou de dominação.

Orlandi (1998) aponta que a ideologia é a necessidade da relação da língua com a história na constituição dos sujeitos e dos sentidos. Enquanto prática significativa, a ideologia aparece como efeito da relação necessária do sujeito com a língua e com a história para que haja sentido. A autora observa que a noção de ideologia, como materialidade, traz em si a contradição que, originalmente, resulta das relações estabelecidas entre as classes.

Na perspectiva de Pêcheux, (1988), a ideologia é concebida como algo que tem existência, mas que só adquire materialidade ao se colocar através das práxis sociais. A ideologia opera e coloca os sujeitos a serviço, às vezes, do seu algoz, como se o fato de estar situado numa ou noutra classe lhe resguardasse dos efeitos das lutas de poder que se travam no interior de cada classe.

Florêncio (2009, p.20) ressalta que são as formações ideológicas que sustentam o dizer e dão a ilusão da inexistência de conflito entre as classes. Essa posição levará ao efeito ideológico e às atitudes assumidas pelo sujeito do discurso. Na prática, a formação ideológica tem como um de seus componentes uma, ou várias formações discursivas interligadas.

3.3. Formação Discursiva

Para Pêcheux (1968), as formações discursivas se colocam como parâmetros para definir o que pode (ou não) ser dito/manifestado a partir de uma posição ideológica. É no campo das formações discursivas que os indivíduos, já interpelados, podem revelar suas posições ideológicas.

A formação discursiva representa, na ordem do discurso, as formações ideológicas que lhe correspondem. Ela utiliza várias linguagens e representações dentro de uma única, como bem coloca Orlandi (2002, p. 44), ao dizer que as formações discursivas “são heterogêneas nelas mesmas”.

A autora (1988) mostra que é na formação discursiva que se constitui o domínio do saber. Ela não só se inscreve na zona do dizível – do que pode e o que deve ser dito – definindo conjuntos de possíveis enunciados, a partir de um lugar determinado, como também se inscreve no lugar do não dizível – o que não pode e o que não deve ser dito.

Para Brandão (1991), a existência de uma formação discursiva como memória discursiva e a distinção de efeitos de memória em discurso, produzidos em uma determinada conjuntura histórica, devem ser articulados com os dois níveis de formação discursiva: o Interdiscursivo e o Intradiscursivo.

O primeiro é compreendido como a relação de um discurso com outros discursos do mesmo campo, podendo divergir deles ou apresentar enunciados, semanticamente, vazios em relação àqueles que autorizam sua formação discursiva. O segundo se coloca como a relação que o discurso define com outros campos discursivos, dependendo de serem os enunciados do discurso declaráveis ou não.

Courtine (1981) revela que uma FD está dissociada de uma memória discursiva que pode ser compreendida a partir de três domínios diferentes: o da *memória* que se restringe a encadeamentos discursivos pré-existentes, ou seja, formulações já enunciadas; o da *atualidade*, que põe as sequências discursivas em uma dada conjuntura histórica, colocando-se na instância do fato, fazendo saltar um acontecimento passado para reatualizá-lo e o da *antecipação* que se insere nas subsequências discursivas, que mantendo relações explicáveis como efeitos de antecipação, revelando ser impossível atribuir um fim a um processo discursivo.

Nesse caso, é sempre possível relacionar uma teia discursiva com o seu exterior, permitindo provar que sempre haverá outras relações; além de existir condição de se construir um domínio de antecipação a partir de resultados obtidos em análise.

Nas palavras de Foucault, o sistema de relações entre objetos, tipos enunciativos, conceitos e estratégias, são regras que determinam uma formação discursiva. Ele orienta que:

Sempre que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão e se puder definir uma regularidade entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, teremos uma Formação Discursiva. (FOUCAULT 1997,p 43)

Observa-se, então, que as formações discursivas podem ser vistas como regionalizações do interdiscurso, configurações específicas dos discursos em suas relações. É

importante ressaltar que os sujeitos não são sobrepostos pelas formações discursivas, pois uma delas pode ser comum a vários deles.

Se é a formação discursiva quem determina o que se deve e pode se dizer, considerando determinado posicionamento num cenário tal, as palavras, expressões e proposições, em uso, recebem o seu sentido da formação discursiva na qual são produzidas.

A concepção de formação discursiva não se remete ao fechamento, à imobilidade, mas a um domínio aberto, inconsistente e variável, de acordo com a visão de mundo do sujeito que a inscreve. Assim, em consonância com o que destacou Pêcheux (1993, p. 167), "as formações ideológicas comportam uma ou várias formações discursivas que derivam das condições de produção e se interligam e determinam o que pode e deve ser dito".

3.4. O Discurso como Recorte da Realidade

Do ponto de vista linguístico, o discurso pode ser definido como um encadeamento de palavras ou uma sequência de frases, segundo determinadas regras gramaticais, e numa determinada ordem, de modo a indicar a outro que lhe pretendemos comunicar/significar alguma coisa.

Sob a ótica da Análise do Discurso, ele se constitui sobre o primado da construção de sentido, colocando-se como objeto linguístico e histórico. Assim, na AD, o discurso é um processo que ocorre no social e que só pode ser analisado com base no seu contexto histórico-social, nas suas condições de produção. É fato que todo discurso está vinculado a uma realidade social mais imediata.

Produzido num determinado momento histórico e social, o discurso tem a ver com a produção intelectual que, ao longo do tempo, constroi efeitos de sentido que provocam mudanças na realidade na qual ele é (re) produzido.

Organizado por “milhares de fios ideológicos”, conforme ensina Bakhtin (1990, p.86), o discurso tanto é determinado pelo processo sócio-histórico quanto exerce influência sobre ele, quando atende às necessidades apresentadas pelos indivíduos para a produção e reprodução de sua existência.

Carvalho (2012, p.35) diz que “o discurso de um indivíduo é, também, um recorte das representações de sua realidade, do espaço e do tempo em que vive”. O discurso traduz a

marca da vivência do homem em sociedade, as suas (re) produções, bem como as marcas e condições em que ocorrem.

Segundo a autora (*idem*, p.34), “há entre os discursos uma cadeia, um nexos causal que lhes determina o sentido”. Esse sentido é construído por variados fatores que geram interferências nas falas, sobretudo, a memória.

Nessa perspectiva, pode-se dizer que um processo discursivo supõe, por parte do emissor, uma antecipação das representações do receptor sobre a qual se coloca a estratégia do discurso e pela qual a ideologia se materializa.

É através do discurso que o sujeito tenta coincidir ideias, anulando as diferenças entre o pensar, o dizer e o ser, engendrando uma lógica que unifique pensamento, linguagem e realidade, estabelecendo e situando os dizeres cotidianos.

3.5. Político, Política e Discurso.

Não podemos pensar o discurso de forma isolada das suas condições de produção. É nele e através dele que o sujeito mobiliza as suas formações linguísticas, discursivas e imaginárias para que essa fala faça sentido.

No discurso político, em particular, a luta é para desconstruir e esvaziar o discurso do outro. É um tipo de discurso que vive, especialmente, da habilidade de interpelar. O seu sucesso depende, também, da sua habilidade de constituir sujeitos com a mesma ideologia e visão de mundo.

Funda-se na luta política e, como diz Pinto (1989, p. 52), “seu objetivo é vencer a luta através do jogo de desconstrução e reconstrução de significados, interpelando, através da construção articulada, uma visão de mundo”. Ou seja, ele se funda em oposição ao discurso do Outro e se coloca como verdade para o seu receptor.

No entender de Charaudeau (2006, p. 39), não é possível haver ação política sem a existência de um discurso político que a motive e imprima significação. Na prática, o discurso político reproduz os elementos da vida social, seja na condição de governo, seja como processo discursivo.

O autor entende a política como um domínio de prática social, em que as relações de forças simbólicas se entrelaçam para conquistar e gerir um segmento de poder. Assim a política serve de instituição de poder, a partir de uma legitimidade constituída e do

reconhecimento dos sujeitos para com outro sujeito, considerando o conjunto de valores e aspirações compartilhadas entre eles.

Charaudeau (2006, p.37) pontua que a Análise do Discurso, na França, desenvolveu-se com base em um *corpus* especificamente político e que invocou em seu início o "materialismo histórico" e "uma teoria das ideologias", da mesma forma que foi conceituada por Althusser.

O mesmo pensamento é compartilhado por Courtine (2006, p. 60), para quem "o discurso político, tornou-se rapidamente o principal (...), o único objeto da análise do discurso que subitamente se desenvolveu na França".

Para Pêcheux (1993, p. 82), o termo "discurso" não se resume a uma simples "transmissão de informação entre A e B". O discurso, no entendimento do autor, é "efeito de sentidos entre os pontos A e B", ou seja, é visto como efeito de sentidos entre os locutores.

De acordo com Pêcheux (*idem*), os enunciados são atravessados como algo "já visto" ou "já dito", o que faz a locução não ser neutra, mas carregada de marcas ideológicas e memórias discursivas que lhe dão sentido.

Courtine (1981) acrescenta que os sentidos são constituídos, segundo as condições em que o discurso é produzido. Isso permite uma intervenção da memória (interdiscurso) e uma formulação (intradiscurso), fazendo com que a formação discursiva seja vista como constitutiva da heterogeneidade.

Nesse sentido, Orlandi (2006, p. 18) sustenta que, ao efeito de evidência do sentido, corresponde o efeito de interpelação-assujeitamento do sujeito discursivo. Assim, não podemos pensar o discurso, isolado, de suas condições materiais de produção, uma vez que é (pelo e) através dele que o sujeito, político ou não, mobiliza as suas formações linguística, discursiva e ideológica.

Nesse sentido, Pêcheux (1999) afirma que o discurso não é "um aerólito miraculoso", independente das redes de memória e dos trajetos sociais nos quais ele irrompe. Assim:

Todo discurso é um índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que ele constitui, ao mesmo tempo, um efeito dessas filiações e um trabalho (mais ou menos consciente, deliberado, construído ou não, mas de todo modo atravessado pelas determinações inconscientes) de deslocamento no seu espaço: não há identificação plenamente bem sucedida [...]. (PÊCHEUX, 1999a, p. 56).

Alvo de constantes mutações, o discurso político é, naturalmente, dinâmico, frágil e de caráter provisório. Ele está sempre ameaçado e sofre constantes desconstruções. Alguns teóricos sustentam a tese de que, para sobreviver, o discurso político tem necessidade de impor a sua verdade. É, essencialmente, um discurso de visão de mundo e que tem a polêmica e a imperiosa função de desconstruir o outro para se construir, como premissa.

É através do discurso que, mesmo involuntariamente, o enunciador reproduz dizeres inerentes à classe social da qual faz parte ou "representa", inscrevendo-o no campo político das representações e do poder. Observa-se que a relação de poder é inata ao homem. E nesse contexto a política é o campo mais visível dessa relação.

Para Charaudeau:

Se é claro que todas as fases desse jogo podem ser colocadas no mesmo plano sob o ponto de vista de uma ética política, é igualmente claro que nos encontramos aqui na articulação do que são as duas forças que animam a vida política: a idealidade dos fins (político) e a disposição dos meios para atingi-los (política). (CHARAUDEAU, 2008, p. 267)

Levando-se em consideração conceitos de filósofos clássicos como Aristóteles e Platão, bem como de pensadores como Marx e Engels, podemos afirmar que o fenômeno político (a) é, na prática, um processo de luta que ocorre no interior de uma sociedade, visando a influência de uns sobre os outros.

Nessa perspectiva, subtende-se Estado, na concepção de Marx, como instrumento de dominação. Aliás, para Marx, "a melhor forma de governo é aquela que agiliza o processo de extinção do Estado" (BOBBIO, 1997, p. 172)¹⁶.

Corten (1999, p. 37) define o político como a "cena das forças políticas construída pelo discurso". A política, na sua visão, é "uma área funcional especializada, através da qual, as instituições políticas realizam as atividades políticas". Desse modo, pode-se entender a política como uma área particularizada, uma ação político-partidária, enquanto o político é a representação das forças políticas.

Para Charaudeau (2011, p. 27), a política se concretiza mediante várias atividades de regulação social. Verifica-se, portanto, que a política é um espaço de ação que depende de fóruns de discussão e de persuasão para serem validados. Observa-se, ainda, que os discursos

¹⁶ BOBBIO, Norberto. A teoria das formas de governo. Brasília: Editora UNB, 1997, p. 172

(re) construídos a partir da política é que vão estabelecer o devido poder, mediante as representações da realidade, do espaço e do tempo em que o sujeito se coloca.

O discurso está vinculado a essa realidade social mais imediata. Ele é produzido num determinado momento histórico e social e tem a ver com a produção intelectual que, ao longo do tempo, constrói efeitos de sentido que provocam mudanças na realidade em que ele é (re) produzido.

A análise de qualquer discurso implica, necessariamente, compreender a posição que o sujeito ocupa. Para Carvalho (2012, p. 35) “é preciso ponderar que os aspectos históricos e linguísticos se entrecruzam, já que um acontecimento pode ser razão de discursos que, por sua vez, podem ser razões de novos discursos”, confirmando-se a premissa de que não existe fala neutra e independente.

Como bem diz Orlandi (1996, p.11) “no discurso há sempre um discurso outro”. Isso, claro, fruto de todo um conjunto de formações (ideológica, discursiva, imaginária e social) do sujeito.

Assim, conclui-se que um discurso não encerra em si mesmo. Não há um ponto final. Há sempre um ponto de partida para outras falas, outras interferências assimiladas nas relações político-econômica e social que apontam para novos dizeres. Não há como se compreender o discurso separado da sua exterioridade constitutiva.

3.6. Poder e Dominação

Como qualquer outro, o campo político é o fórum onde se discute poder, capital, relações de força, estratégias de sustentação, coação e persuasão instituídos por si (e em si) próprios. A prática nos mostra que a atuação de homens e mulheres na lida político-institucional é orientada, dentre vários fatores, pela preocupação masculina em manter sua posição dominante, e pela feminina em sair da sua posição de dominada.

A mulher só percebe a necessidade de reagir a essa “submissão” à qual está atrelada quando passa a se perceber como agente político, com poder de transformação. É a partir daí, que ela passa a buscar igualdade de condições, sobretudo, nos espaços de poder.

Na concepção de Bourdieu (2003, p. 50), o fenômeno da dominação está embrenhado nas estruturas de pensamento de dominados e dominadores e se propaga por

meio de seus arcaouços construídos socialmente, sendo esta a “força dormente de onde a violência simbólica extrai a sua eficácia”.

No entendimento do autor (*idem*), para que essa dominação ocorra, é preciso que o dominado aplique aos atos do dominante as mesmas estruturas de percepção por ele utilizadas. Bourdieu (2003), ainda, mostra que as relações sociais entre homens e mulheres (dominantes e dominados) são orientadas em obediência a essa lógica de dominação situada no campo da preponderância simbólica.

Cravada no inconsciente dos indivíduos, reagir a isso - que é apresentado como algo natural - exige mais do que simples tomada de consciência da posição ou da dominação a que se está submetido. É fato que o poder simbólico não pode ser exercido sem a cumplicidade, mesmo inconsciente do dominado. Para Bourdieu (2003), o dominado só se subordina a esse poder por tê-lo construído como tal.

Para Van Dijk (2008) a sociedade é dividida entre os que não têm poder e os poderosos. Os sem poder, na avaliação do autor, não têm sequer o que dizer e nem para quem dizer. Enquanto isso, os poderosos fazem o controle, decidem o tom e os seus receptores. A relação entre discurso e poder é a imagem do poder de segmentos, bem como de status de integrantes de determinadas instituições e classes. O autor (*idem*) conceitua poder como a força construída pela sociedade que existe por trás dos discursos. Isso envolve uma série de fatores, tais como, articulação e influência.

No campo político, o discurso parte de locais específicos de enunciação, tais como partidos e casas Legislativas, através dos seus representantes. Ademais, ganha novos contornos, sobretudo, na perspectiva de fixar sentido e força quando se está num cenário de disputa. Deve-se considerar que o discurso sai das hostes tradicionais da enunciação e passa a contar com um novo elemento: o sujeito como enunciador, ou seja, como construtor do próprio discurso, à medida, por exemplo, em que escolhe os seus representantes através do voto, em tese, a partir de uma formação ideológica.

Convém destacar que, num processo democrático, esse discurso político é enunciado, formalizado de várias maneiras em locais fora do eixo político. É o que se vê na imprensa e na sociedade de forma geral. Percebe-se que quanto mais se democratiza, mais se ampliam espaços para enunciações desta natureza. É um discurso que tem lado, que trabalha, em geral, a desconstrução do outro e é sustentado pela memória discursiva do enunciador.

Verifica-se que o discurso político é o discurso do sujeito por excelência. É nele que o sujeito se constroi e sofre enfrentamentos com sujeitos já construídos, muitas vezes desprovidos de saber e poder, e por eles são, naturalmente, interpelados.

Associa-se a isso o que Chauí (1993) classifica de “discurso competente”, que pode ser proferido, ouvido e aceito como verdadeiro ou autorizado, simplesmente, porque quem o profere perdeu os laços com o lugar e o tempo de sua origem.

Podemos chamar, ainda, de método de controle de determinadas classes para que se possa agir de acordo com normas pré-determinadas, usando o discurso ideológico, fundamentado em ideias que estão “fora de lugar” e “fora do tempo” e não são passíveis de contestação, condições fundamentais para a eficiência do discurso competente.

Para Van Dijk (2008, p.87), o exercício da dominação acontece por meio da existência de uma base de poder. Ou seja, essa dominação está imbricada, historicamente, na estrutura de poder, podendo (ou não) ser exercida, também, pelo discurso. Convém destacar que nem sempre o poder e a dominação são praticados através da força.

Desse modo, a supremacia dominante é sustentada pelas ideologias que são reproduzidas. Essas ideologias são transmitidas e escoradas, seja pelo discurso ou pela práxis social do sujeito enunciator, fazendo com que o sentido do discurso esteja nos espaços discursivos constituídos pelos interlocutores.

4. MARCAS POLÍTICO-IDEOLÓGICAS: Condições de Produção

Esse capítulo tratará da análise do *corpus* retirado do discurso da presidente do Brasil, Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores, proferido na abertura da 66ª Assembleia Geral da ONU, ocorrida em Nova York, em Setembro de 2011.

Por meio das teorias desenvolvidas nessa pesquisa e, embasados nas categorias da Análise do Discurso, pretendemos apontar as marcas político-ideológicas manifestadas pelo sujeito enunciativo no discurso em tela, observando o funcionamento do papel da mulher. É nossa proposta, a partir dos fragmentos selecionados, construir, através dos referenciais teóricos já explorados, a fundamentação para nossas considerações. Para isso, utilizaremos os questionamentos lançados na introdução desse trabalho.¹⁷

As análises serão realizadas mediante a constituição dos discursos da presidente Dilma Rousseff, baseadas na história e nas ideologias inseridas nos excertos em questão, bem como na apreensão do modo como o sujeito fala a partir do lugar que ocupa, estabelecendo uma relação de forças reconhecidas em sociedade.

Além disso, buscamos também a identificação de mecanismos de persuasão utilizados no pronunciamento que contribuem para a fixação das marcas político-ideológicas presentes em sua estrutura.

Partimos da concepção marxista de que todo discurso é produzido a partir das relações sociais e reflete uma visão de mundo determinada. Assim, não há como desvincular o conceito de condições de produção dos resquícios históricos de constituição e cultivo sucessivos de informação, marcas determinantes no processo de formulação, circulação e consequente culto ao discurso.

Foi Pêcheux, no final da década de 1960, quem fez a primeira tentativa de explicar, de forma científica, a construção da significação a partir das condições de produção, usando como caminho a estrutura informacional da comunicação, organizada por Jakobson¹⁸. Como pontua Brandão (2006, p.44), o autor via nos protagonistas do discurso, não a presença física

¹⁷ Como os discursos proferidos pela presidente foram produzidos? O que pretendia a presidente ao referir-se à ocupação de espaços de poder pelas mulheres e quais as imagens construídas pelo sujeito enunciativo enquanto ocupante de um assento no rol de representantes de nação?

¹⁸ JAKOBSON, R. *Linguística e comunicação*. 23.ed. São Paulo: Cultrix, 2008.

de "organismos humanos individuais", mas a representação de "lugares determinados na estrutura de uma formação social".

Esses lugares significavam, na prática, a materialidade histórica composta pelas relações sociais de uma dada formação social, em meio às quais - e para as quais - os sujeitos históricos trabalham a formulação daquilo que consideram "seus dizeres", produzindo uma práxis discursiva. É o que, segundo Pêcheux (1997), pode ser classificado como tomada de posição ou modos de subjetivação, que nada mais são do que o tornar-se sujeito.

Dentro dessa perspectiva, Courtine (1981) revela que as condições de produção não podem ser atraídas pelas ações psicológicas originadas pelo histórico do discurso ou por modestas circunstâncias, mas que a interação entre os sujeitos está "alinhada" a análise histórica das contradições ideológicas presentes na materialidade dos discursos.

Pode-se afirmar que essas condições se referem às condições sociais e históricas que permitem que esses discursos sejam produzidos e, uma vez produzidos, gerem um efeito de sentido determinado.

A esse respeito, Florêncio e outros dizem:

Sentidos historicamente sedimentados vêm à superfície pela via do esquecimento, pelo não-dito que, embora funcionem pela interdição, propiciam a produção de novos sentidos, num misto de memória e esquecimento, pelo movimento de idas e vindas entre as diferentes formações discursivas. (FLORÊNCIO, 2009, p.79).

Segundo os ensinamentos de Orlandi (2001), as condições de produção compreendem os sujeitos, bem como a situação. Elas estão relacionadas, não só ao contexto imediato, mas também ao conhecimento pré-adquirido, ao que foi dito em outro lugar. Esse "outro lugar" é uma referência à memória que tem papel relevante no que diz respeito ao estabelecimento de ordem de valor, significação e intensidade dos fatos e acontecimentos que dimensionam as condições em que os discursos acontecem.

Halbwachs (1990, apud, *Carvalho* 2012, p.80-81) pontua que os discursos são frutos de muitas memórias coletivas e de apenas uma história. As relações entre essas memórias (lugares) são representadas por diversas formações imaginárias, onde interagem os sujeitos do discurso, constituindo a fonte de relações discursivas das quais são o portador ou o efeito.

Sobre o assunto, *Carvalho* (2012, p.38) afirma que "a memória pode ser entendida, em certos aspectos, como a ordem dos elementos significantes que se estabelecem segundo os níveis de intensidade dos acontecimentos experimentados". Desse modo, pode-se dizer que o sentido de tudo depende do sujeito que o produz e do sujeito que o interpreta.

Daí, a Análise do Discurso entra para compreender como os objetos (neste caso, os fatos) produzem sentido. Vale ressaltar que o sentido independe, em geral, das intenções dos sujeitos produtores. Consta-se que os sujeitos não se constituem sem memória. Do mesmo modo, os discursos não são produzidos sem que haja memória e inconsciente.

Conclui-se, assim, que no contexto existem os “já-ditos”. Assim a memória discursiva é um lugar de retorno a outros discursos (interdiscursos) oriundos de outros lugares, possibilitando novos efeitos de sentido. O discurso funciona como um regulador social, um parâmetro para análise de toda uma conjuntura, onde ele se processa e se constroi.

4.1. Apresentando o Sujeito Enunciador

Figura 01: Ainda criança, com os pais e irmãos.



Fonte: www.conversafiada.com.br

Dilma Vana Rousseff nasceu nas Minas Gerais em 1947, numa família de classe média alta. Ainda na adolescência (aos 17 anos), em 1964, ingressou na Política Operária (Polop), uma dissidência do Partido Socialista Brasileiro, fundada em 1961, cuja militância já era dividida entre os que defendiam a implantação do socialismo, através da convocação de uma assembleia constituinte e os que defendiam a luta armada para combater o sistema autoritário em vigência no País.

A militante Dilma fez a opção pelo segundo grupo, tornando-se “guerrilheira” e ajudando a criar o Comando de Libertação Nacional (Colina); depois integrou a Vanguarda

Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares)¹⁹. Em 1969, em meio à militância, conheceu e casou com o advogado gaúcho Carlos Franklin Paixão de Araújo, com quem conviveu por cerca de 30 anos.

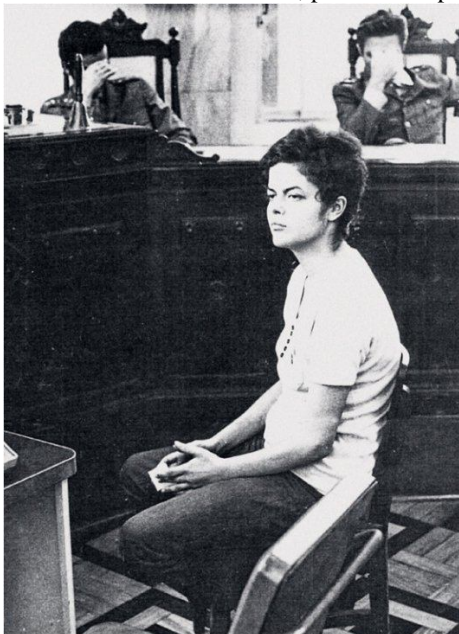
Figura 02: Na época da prisão



Fonte: nucleogenerosb.blogspot.com

Apontada como “líder” do movimento, ela aprendeu a usar armamentos e a enfrentar a polícia. Entre 1970 e 1972 foi presa pela Operação Bandeirante, estrutura que compunha o serviço de inteligência das Forças Armadas e, posteriormente, pelo Departamento de Ordem Política e Social (Dops), acusada de crime de subversão.

Figura 03: Dilma no tribunal militar, prestando depoimento



Fonte: www.comunistas.spruz.com

¹⁹Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares) foi uma organização política armada brasileira de extrema esquerda, que combateu a ditadura militar brasileira (1964-1985) utilizando-se de tática de guerrilha urbana, visando a instauração de um regime de governo comunista no Brasil. Surgiu em julho de 1969, como resultado da fusão do Comando de Libertação Nacional (Colina) com a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) de Carlos Lamarca. Seu nome era uma homenagem ao maior quilombo da história da escravidão.

Livre da prisão, Dilma se muda para Porto Alegre em 1973. Lá, retoma os estudos na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, após prestar vestibular para Economia. Em 1975, a “ex-guerrilheira” começa a trabalhar como estagiária na Fundação de Economia e Estatística, órgão do governo gaúcho. No ano seguinte, dá à luz a filha do casal, Paula Rousseff Araújo, mãe do seu único neto.

Em 1979, empenha-se na campanha pela Anistia durante o processo de abertura política comandada pelos militares, ainda no poder. Com o marido Carlos Araújo, ajudou a fundar o Partido Democrático Trabalhista (PDT) no Rio Grande do Sul, cujo principal ícone era Leonel Brizola²⁰ (1922-2004). Assessorou a bancada estadual do partido de 1980 a 1985 e foi secretária da Fazenda de Porto Alegre, no governo de Alceu Collares, que integrou a sigla entre 1986 e 1988. Foi secretária estadual de Minas e Energia do Rio Grande do Sul, entre 1993 e 1994 e, em 1999, retornou a ocupar o cargo.

Em 2000, deixou o PDT para se filiar ao diretório gaúcho do Partido dos Trabalhadores (PT). Com a eleição do principal nome nacional da sigla, o metalúrgico Luiz Inácio Lula da Silva, o “Lula”, à presidência da República, em 2002, a nova petista passa a compor a equipe de transição entre os governos de Fernando Henrique Cardoso (PSDB) e Lula. Em seguida, assumiu o Ministério das Minas e Energia, função que ocupou até 2005.

Com a queda do então ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, apontado como um dos líderes do esquema que ficou conhecido como mensalão²¹, Dilma Rousseff é remanejada de Ministério e passa a ocupar o lugar de Dirceu. Na nova função, assume a coordenação de programas estratégicos, como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o programa de habitação popular Minha Casa, Minha Vida.

A ministra Dilma coordenou, também, a Comissão Interministerial encarregada de definir as regras para a exploração das reservas de petróleo na camada pré-sal e integrou a Junta Orçamentária do Governo.

Sem opções de nomes para apresentar à sociedade, Lula acaba indicando-a como candidata à sua sucessão. Com isso, o então presidente contempla as mulheres que, no que

²⁰ Lançado na vida pública por Getúlio Vargas, foi o único político eleito pelo povo para governar dois estados diferentes: o Rio Grande do Sul e o Rio de Janeiro, onde nasceu. Exerceu também a presidência de honra da Internacional Socialista; foi prefeito de Porto Alegre, deputado estadual e governador do Rio Grande do Sul, deputado federal pelo Rio Grande do Sul e pelo extinto estado da Guanabara, e duas vezes governador do Rio de Janeiro.

²¹ Esquema de corrupção política mediante compra de votos de parlamentares no Congresso Nacional do Brasil, entre 2005 e 2006.

pese ser maioria do eleitorado brasileiro, continuam sendo apontada como “minoria”, quando se refere a ocupação de espaços de poder.

Colocada na disputa sucessória presidencial, a pré-candidata Dilma se desincompatibiliza do cargo de ministra no início do mês de abril de 2010 – atendendo a uma exigência da Lei Eleitoral – e em 13 e junho do mesmo ano teve a candidatura lançada, tendo como principal adversário o médico e ex-governador por São Paulo, José Serra, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), que havia sido ministro da saúde na gestão do então presidente Fernando Henrique, a quem Lula sucedeu.

O Programa de Aceleração do Crescimento foi usado como “carro-chefe” da sua campanha. Assim, o presidente a apresenta à sociedade como a “mãe” do PAC e circula pelo país com o discurso desenvolvimentista.

Nas urnas, no primeiro turno do pleito, como contabilizou menos de 50% dos votos válidos em seu favor, a ex-ministra Dilma Rousseff permaneceu no páreo e enfrentou o segundo turno com o próprio Serra, no dia 31 de outubro de 2010. Ao final da apuração, com 55,8 milhões de votos (56% dos votos válidos) no segundo turno, a petista foi proclamada a primeira mulher presidente do Brasil, após 121 anos de tradição republicana.

Em 1º de janeiro de 2011, Dilma Rousseff tomou posse e falou à Nação, do avanço democrático que se registrava naquele momento com uma mulher assumindo o comando do Brasil.

Figura 04: No primeiro discurso após receber a faixa presidencial.



Fonte: www.planalto.gov.br/janeiro de 2011

Foi um pronunciamento marcado por ampla memória discursiva, sobretudo, no que

diz respeito à ascensão de uma mulher ao mais importante cargo de poder do país, lugar que, por si só, imprime uma importante representação enunciativa.

Na primeira fala ao povo brasileiro, a presidente Dilma Rousseff revela o desejo de “honrar as mulheres” para que o fato de assumir o comando de uma Nação seja algo comum e corriqueiro a elas.

Recebo hoje de milhões de brasileiros e brasileiras a missão mais importante da minha vida. Este fato, para além de minha pessoa, é uma demonstração do avanço democrático do nosso país. Pela primeira vez uma mulher presidirá o Brasil. Já registro, portanto, aqui o meu primeiro compromisso após a eleição: honrar as mulheres brasileiras para que este fato, até hoje inédito, transforme-se num evento natural. (AMARAL, 2011, p.301).

Toda a trajetória da presidente é contada pelo jornalista Ricardo Amaral no livro “A vida quer é coragem”²² (2011).

4.2. O Brasil e a Presidente Dilma Rousseff na ONU

Desde 1947, um representante do Brasil é o primeiro a falar nas Assembleias Gerais da Organização das Nações Unidas (ONU). A tradição foi firmada por ter sido o primeiro país a integrar o quadro de membro da entidade, logo após o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945. Dois anos mais tarde, o diplomata brasileiro Oswaldo Aranha²³ foi eleito presidente da Primeira Sessão da Assembleia Geral²⁴ da ONU, realizada em abril daquele ano.

Figura 05: Na abertura da Assembleia da ONU em 2011/Planalto



Fonte: www.planalto.gov.br/setembro de 2011

²² Livro do jornalista Ricardo Amaral, lançado em 2011 pela Editora Primeiro Plano, ilustra toda a trajetória de vida de Dilma Rousseff, a primeira mulher presidente do Brasil.

²³ Ver mais em <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/OBrasilNaGuerra/ONU>

²⁴ As Assembleias servem para discutir questões políticas, econômicas, humanitárias, ambientais, culturais e outros temas de destaque no cenário internacional.

Primeira mulher a presidir o Brasil, Dilma Rousseff, seguindo a tradição, também, é a primeira mulher da história a abrir uma Assembleia Geral da ONU. O fato ocorreu no dia 21 de setembro de 2011, em Nova Iorque, nos Estados Unidos da América (EUA).

Dada a importância do momento histórico, fazendo uso da retórica, a presidente Dilma Rousseff ressalta a sua humildade pessoal e enfatiza ser “com justificado orgulho” de mulher, que encara a oportunidade de poder representar mais da metade da população planetária: “Divido esta emoção com mais da metade dos seres humanos deste planeta que, como eu, nasceram mulher e que, com tenacidade, estão ocupando o lugar que merecem no mundo. Tenho certeza, senhoras e senhores, de que este será o século das mulheres”.²⁵

Apesar de em sua administração as mulheres serem pouco contempladas com cargos de comando, a presidente Dilma enalteceu a atenção que vem sendo conferida à questão do gênero, através de ações promovidas pela própria ONU ao dizer:

“Cumprimento o secretário-geral da ONU, Ban Kimoon pela prioridade que tem conferido às mulheres em sua gestão à frente das Nações Unidas. Saúde, em especial, a criação da ONU Mulher e sua diretora-executiva, Michelle Bachelet”²⁶

Dentro dessa perspectiva, Charaudeau diz:

(...) a credibilidade não é uma qualidade ligada à identidade social do sujeito. Ela é, ao contrário, o resultado da construção de uma identidade discursiva pelo sujeito falante de tal modo que os outros sejam conduzidos a julgá-los digno de crédito. CHARAUDEAU (2008, p.119).

Nas palavras de Bakhtin (1981,p.35), “a ideologia não pode derivar da consciência, como pretendem o idealismo e o positivismo psicologista”. Para o autor, a consciência adquire forma e existência nos signos criados por um grupo organizado no curso de suas relações sociais. “Tudo o que é ideológico possui um significado e remete a algo fora de si mesmo” (*idem*, p.31).

No caso da presidente Dilma, observa-se que a sua identidade como oradora passa por representações sociais, em que não há outra realidade, além da permitida pelas representações que circulam em dado grupo social do qual ela faz parte e que são configuradas como imaginário sócio-discursivo. É relevante destacar o contexto de enunciação e sua relação com a história, que é, naturalmente, mesclado por vários discursos sociais.

²⁵ Discurso disponível em <http://www2.planalto.gov.br/imprensa/discursos/discurso-da-presidenta-darepublica>, 2011.

²⁶ Discurso disponível em <http://www2.planalto.gov.br/imprensa/discursos/discurso-da-presidenta-darepublica>, 2011.

No discurso proferido no evento da ONU, essas representações ficam patentes em vários momentos como, por exemplo, quando ela fala sobre a importância de uma mulher estar abrindo tão grandiosa solenidade, sobretudo, quando se apresenta como representante de um país emergente que cumpriu quase todos os objetivos de Desenvolvimento do Milênio, antes de 2015.

Para Carvalho (2012, p.35), “é preciso ponderar que os aspectos históricos e linguísticos se entrecruzam, já que um acontecimento pode ser razão de discurso que, por sua vez, pode remeter a novos discursos”, confirmando-se a premissa de que não existe fala neutra e independente.

A ONU é uma organização internacional, constituída por 193 países-membros, cujo objetivo principal é promover e implementar mecanismos que possibilitem a segurança, o respeito aos direitos humanos, o desenvolvimento econômico, a definição de leis internacionais e o progresso social para todos os povos, independente de crença, raça e gênero.

Ainda no clima de pós-guerra, a ONU já procurou desenvolver instrumentos, visando evitar um novo conflito armado mundial. Ela surgiu em substituição à antiga Liga das Nações. Junto com as suas agências especializadas, põe na ordem do dia questões como saúde pública, planejamento familiar, proteção à infância, educação, direitos dos trabalhadores, defesa do meio ambiente e uso pacífico da energia nuclear.

Órgão de grande complexidade, a ONU é composta por seis principais órgãos que executam atividades de administração, deliberação e decisão. Na primeira instância está o secretariado; em seguida a Assembleia Geral e o Conselho Econômico e Social, que ocupam funções deliberativas, e, depois, o Conselho de Segurança e a Corte Internacional de Justiça, responsáveis pelas decisões obrigatórias para os seus membros.

4.3 Metodologia

O nosso *corpus* é constituído por Sequências Discursivas (SD) retiradas do pronunciamento da presidente do Brasil, Dilma Rousseff, filiada ao Partido dos Trabalhadores (PT), durante a abertura da Assembleia-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), ocorrida em 21 de setembro de 2011.

A escolha se deu, considerando o fato da presidente Dilma Rousseff ser a primeira mulher, na história do Brasil, a abrir uma Assembleia da ONU, quebrando, desse modo, uma

tradição histórica. Separamos para análise as sequências que tratam, sobretudo, da mulher, dada a importância da luta histórica de gênero pela ocupação de espaço de poder.

Para garantir maior ênfase a Análise do Discurso da linha francesa, usamos os ensinamentos de Pêcheux e Orlandi e os complementamos com as noções de ethos sustentadas por Maingueneau e, em especial, Charaudeau.

Com base nas categorias de análise, especialmente, a memória discursiva e as marcas político-ideológicas, iremos observar a posição ocupada pelo sujeito enunciador, de modo a “perceber”, a partir da posição social e do lugar de onde fala, naquilo que o sujeito diz, o que ele não diz, mas que desencadeiam sentidos ao que foi dito.

Antes das análises propriamente ditas, desenvolveremos, inicialmente, o processo de interpretação dos excertos e em seguida, daremos ênfase à sua significação, levando em conta as categorias de análise que nos desafiamos analisar, sob a luz da AD francesa.

4.4 Análises

Como bem diz Orlandi (1996,p.11), “no discurso há sempre um discurso outro”, fruto de todo um conjunto de formações (ideológica, discursiva, imaginária e social) do sujeito. Por isso, a análise de qualquer discurso implica, necessariamente, compreender a posição que o sujeito ocupa..

Maingueneau (2008, p.75) ensina que “todo discurso pressupõe uma cena de enunciação que lhe possibilita ser enunciado”. Na Análise do Discurso, os falantes se inscrevem em lugares sociais e neles alcançam suas identidades. Sendo assim, não é possível definir exterioridade entre os sujeitos e seus discursos.

É fato que as palavras do sujeito atestam sua realidade e suas formações discursivas. Assim, constituídas por outras formações discursivas, permitem que os dizeres já proferidos tenham sentido. Não é uma fala primeira, mas fruto de muitas falas, o que confirma a máxima de que o sujeito não está isolado das relações histórico-sociais.

Esses discursos/falas proferidos ou escritos são resultados de articulações feitas anteriormente por alguém, de outras formas, com outras palavras, em outras instâncias. São vozes que dialogam com outras vozes e trazem para seu interior crenças e valores que são carregadas de ideologias, pois como vimos ao longo da nossa pesquisa, não existem discursos

e nem sujeitos neutros. Todo sentido é dado pela formação discursiva que, por sua vez, é orientada pelo objeto do sujeito.

Bakthin (1992) instrui que cada grupo social, em dado período, tem a sua compilação de formas de discursos que funcionam como espelhos para que outros atores sociais possam usá-las, adequando-as às suas realidades cotidianas.

S1: linhas de 01 a 12

Pela primeira vez, na história das Nações Unidas, uma voz feminina inaugura o Debate Geral. É a voz da democracia e da igualdade se ampliando nesta tribuna, que tem o compromisso de ser a mais representativa do mundo.

É com humildade pessoal, mas com justificado orgulho de mulher, que vivo este momento histórico.

Divido esta emoção com mais da metade dos seres humanos deste Planeta, que, como eu, nasceram mulher, e que, com tenacidade, estão ocupando o lugar que merecem no mundo. Tenho certeza, senhoras e senhores, de que este será o século das mulheres.

Na língua portuguesa, palavras como vida, alma e esperança pertencem ao gênero feminino, e são também femininas duas outras palavras muito especiais para mim: coragem e sinceridade. Pois é com coragem e sinceridade que quero lhes falar no dia de hoje.

A presidente Dilma Rousseff inicia o seu pronunciamento enfatizando o orgulho de ser a primeira mulher, na história da ONU, a abrir o debate geral, um fórum de discussões sobre questões políticas e, especialmente, humanitárias. Essa presença feminina, no dizer da presidente, representa um avanço democrático e aponta para a quebra da histórica desigualdade entre gêneros.

Observa-se que é um discurso construído num espaço de memória (interdiscurso) que, automaticamente, vai se reformulando dentro de contextos sócio-históricos, retomando sentidos iniciais já atravessados ideologicamente por outros dizeres, em variadas circunstâncias, inclusive na sua atuação como militante estudantil e de guerrilha.

Desse modo, devemos considerar as relações de forças estabelecidas pela presidente, enquanto chefe de uma nação, visando fazer valer o seu discurso como verdadeiro e único. Convém ponderar, ainda, que o campo político é a arena ideal para que o sujeito faça o seu discurso produzir sentido, criando uma identidade a partir das representações sociais e da produção do imaginário, delineadas em uma imagem que o sujeito traça para si e, também, para o seu interlocutor.

Destacando ser a "voz feminina" (ethos da identificação, Charaudeau, 2006) quem inaugura o debate da ONU, pela primeira vez na história das Nações Unidas²⁷, e com posição (gênero) bem marcada, a presidente enuncia se atribuindo um compromisso (um propósito) de ser a voz "mais representativa do mundo".

Sustentada por formações político-discursiva e imaginária, a oradora se coloca como a voz da democracia e da igualdade que a partir dali "se amplia", trazendo à tona memória e história. Percebe-se uma fala que se desloca do sujeito, enquanto militante, para esse mesmo sujeito ocupando posições de poder, até chegar à presidência da República, espaço de maior representação do país, colocando-se como alguém que, em tese, é capaz de fazer e de mudar os fatos.

É o que Paul Henry (1975),²⁸ convencionou chamar de "pré-construído", que remete às evidências pelas quais o sujeito se vê atribuir os objetos do seu discurso. Ou seja, elementos discursivos que esse sujeito conhece e compreende por serem frutos da sua própria memória (não a memória cognitiva) e das relações ideológicas e sociais estabelecidas ao longo da história.

Percebe-se, nesse segmento, como acentua Courtine (1999), a emergência de se atribuir novos sentidos à fala do sujeito. O que é ser a voz mais "representativa do mundo"? A presidente tem o poder, concreto, de falar por todas as mulheres? De levar as demandas de gênero a cada canto do planeta, a cada segmento social?

É interessante ressaltar elementos dessa fala que reconfiguram sentidos, retomando-os e redimensionando-os a depender dos caminhos que cruzem. Nesse sentido, Courtine (1999, p. 19) diz que "as formulações-origens, em seu percurso, são transformados, truncam-se e se escondem para reaparecerem mais adiante (...) misturando memória e esquecimento".

Verifica-se que a presidente dialoga como se fosse alguém que, ao longo da vida, lutou por igualdade de direitos e de oportunidades para as mulheres que militam nas mais diversas instâncias de poder. É o que o próprio Charaudeau (2006, p.116) chama de "querer significar o que (ela deseja) ser para o outro".

Nessa perspectiva, Charaudeau (*idem, idem*) questiona "como aceitar que a imagem que o sujeito falante faz dele próprio, não corresponda ao que ele é como indivíduo"? A

²⁷ O Brasil, tradicionalmente, abre a assembleia geral desde 1947, por ter sido um dos primeiros membros da ONU, logo após o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945. O primeiro brasileiro a usar a tribuna foi o diplomata Oswaldo Aranha

²⁸ In: J.J. Courtine - Análise do Discurso Político – o discurso comunista endereçado aos cristãos, (2009, p.74).

resposta está no que o próprio autor (*idem, idem*) denominou de “jogo de máscaras”, onde o sujeito orador se diz, ocultando o que ele realmente é.

Quando diz do seu *"justificado orgulho de mulher"*, a oradora corporifica a ideia e constroi uma imagem de alguém solidária e disposta a fazer valer a luta de gênero pelos espaços de poder, tão importantes na construção de uma sociedade menos desigual. Estabelece-se, então, uma contradição em condições históricas e sociais, uma vez que a presidente brasileira, ao longo da sua formação como “militante estudantil e política”, não esteve inserida nos movimentos e discussões de gênero.

Os escritos revelam que a presidente nunca foi uma típica combatente feminista. As opções políticas da “militante” Dilma Rousseff não foram pautadas pelas lutas de gênero, mas por causas universais, como a liberdade, igualdade e socialismo, por exemplo. As lutas de gênero, aliás, no Brasil, só se impuseram com mais força depois da derrota das organizações armadas.

Não custa lembrar que quando as pioneiras das causas feministas começavam a levantar suas bandeiras no Brasil, a “militante Vanda”²⁹ estava na cadeia. Daí, imaginar que as “suas” falas em favor das mulheres foram mais definidas por razões políticas, oportunismo e interesses de classe, do que pelo imaginário de gênero.

Nesse sentido, é preciso lembrar que a questão da identidade do sujeito passa por representações sociais: o sujeito falante não tem outra realidade além da permitida pelas representações que circulam em dado grupo social e que são configuradas como “imaginários sociodiscursivos”.

Cabe-nos, ainda, ressaltar o pensamento de Pêcheux (1998, p. 160), no que se refere ao sentido dos vocábulos não pertencerem a eles mesmos. De acordo com o autor, esse sentido é determinado pela posição ideológica que está em jogo “no processo sócio-histórico no qual as palavras são produzidas” e reproduzidas, mais adiante. É o que se constata quando a presidente, valendo-se da condição de chefe de uma Nação e com a autoridade que lhe é conferida, faz o seu discurso soar como verdadeiro, como algo que represente a sua práxis.

O discurso da presidente Dilma Rousseff, assim como qualquer outro discurso político, é marcado por estratégias e por retóricas que visam a impressionar o seu receptor: *“Divido esta emoção com mais da metade dos seres humanos deste Planeta, que, como eu,*

²⁹ Um dos codinomes usados pela presidente Dilma quando esteve nos movimentos considerados subversivos ao Regime Militar. Além de Vanda, Dilma, também, adotou outros codinomes como, Estela, Maria Lúcia, Marina e Luiza.

nasceram mulher". É um discurso apresentado num espaço de persuasão, onde razão e paixão se confundem, conforme os traços estabelecidos por Aristóteles (2012).

Do lugar de onde fala, a presidente marca a sua posição de autoridade (*ethos* de chefe), dirigente de uma Nação e, recorrendo à retórica, "vende" a imagem da força da mulher, ao chamar a atenção para a relevância de ser uma representante do sexo feminino que, além de ocupar o mais alto cargo de comando do Brasil, ainda, está ali abrindo a Assembleia da ONU, posto, até então, só ocupado por homens, uma vez que o Brasil nunca havia elegido uma mulher para comandá-lo.

É notório que, a partir de diferentes estratégias discursivas, a presidente incorpora a voz alheia para acentuar sua própria voz. A esse respeito, Charaudeau (2008, p.161), apropriando-se do conceito de dialogismo de Bakhtin, afirma que a palavra do outro está sempre presente em todo ato de enunciação de um sujeito falante, instituindo um dialogismo permanente entre o outro e o sujeito que fala. Assim, para Chauradeau todo discurso é heterogêneo por fixação, já que é organizado em um contexto sócio-cultural.

O autor (*idem*) ainda ressalta que:

O campo político é um domínio onde se movem as relações de forças simbólicas para a conquista e a gestão do poder. Se é claro que todas as fases desse jogo podem ser colocadas no mesmo plano sob o ponto de vista de uma ética política, é igualmente claro que nos encontramos aqui na articulação do que são as duas forças que animam a vida política: a idealidade dos fins (políticos) e a disposição dos meios para atingi-los (política). (CHARAUDEAU, 2008, p.267).

Ao dizer que "*é a voz da democracia se ampliando*", verifica-se a formação imaginária patente quando, retoricamente, a presidente deixa explicitar o tamanho da sua representatividade e, principalmente, do leque que (em tese) se abre para todas as mulheres, a partir daquele instante, considerando o processo de luta e de contestação das opressões, do subjulgo e da desigualdade imposta ao gênero, ao longo da história.

Apesar de serem palavras relativas a atos não vividos pelo sujeito orador (no que se refere à militância em favor das causas femininas), a presidente passa para o seu público a impressão de que o discurso que profere reflete exatamente a sua prática. Com isso, tenta omitir a constatação que aponta para uma inexistência de produção, debates e defesa de políticas públicas voltadas para mulheres, de modo a integrá-las a agenda política do país.

Vale salientar que esse envolvimento da presidente Dilma com as questões femininas não se estabeleceu nem mesmo no seu governo. Prova disso é que maioria dos Ministérios é composta por homens. Dos 40 ministros que compõem a sua gestão, somente dez são

mulheres e a maior parte delas, integrantes do próprio PT, partido ao qual a presidente é filiada.

Ressalte-se, porém, que, dos presidentes do Brasil, ela foi a que mais colocou mulheres em posições de comando. Comparando-se com o governo do seu antecessor, Luiz Inácio Lula da Silva, que nomeou cinco mulheres em funções ministeriais, a presidente Dilma avançou, mas se mantém abaixo da meta de gênero estabelecida em todo o mundo, no que diz respeito à paridade entre sexos na divisão compartilhada da alta administração pública e privada.

É importante pontuar que países como Noruega, Suíça, e Finlândia possuem maioria de mulheres no primeiro escalão do governo. Há ainda exemplo de gestores que adotaram o modelo de “gabinete paritário”, como é o caso de Michelle Bachelet (Chile), Evo Morales (Bolívia) e José Luis Rodríguez Zapatero (Espanha).

Com base nos segmentos discursivos em análise, é conveniente destacar as palavras de Charaudeau (2006, p.80) de que “é preciso (...) que o político saiba inspirar confiança, admiração, isto é, que saiba aderir à imagem ideal do chefe que se encontra no imaginário coletivo”. Convém, ainda, recorrer ao pensamento de Barthes (1970, p. 212), segundo o qual, o que importa “são os traços de caráter que o orador deve mostrar ao auditório”.

A fala da presidente tem um sentido, não necessariamente político, mas um sentido que se faz a depender das circunstâncias, do lugar onde ela é fabricada. Neste caso, funciona como uma espécie de pretexto para dizer outras coisas, talvez, pela sua falta de convicção em relação ao que diz, dada a sua ausência na militância e convivência com as questões de gênero.

A esse respeito, Charaudeau (2011, p.43) fala que o discurso é, ao mesmo tempo, “lugar de engajamento do sujeito, de justificação do seu posicionamento e de influência do outro, cuja encenação varia segundo as circunstâncias de comunicação...”.

Assim, é pertinente dizer que é o resultado da construção discursiva que torna o falante crível (ou não) e, desse modo, o sujeito está sempre se (re) constituindo nos sentidos, assumindo posições no mundo e no discurso, a partir de deslocamentos da história, na língua e em si mesmo, considerando que o sujeito é socialmente constituído.

A presidente se coloca construindo sentidos e falas que a remete para uma arena de luta em favor das causas femininas, da luta por espaço de poder e de igualdade para uma

parcela (...) *que nasce(u)ram mulher e que, com tenacidade, está (ão) ocupando o lugar que merece(m) no mundo (...).*

Em contexto otimista e ampliando a interlocução, a presidente inclui nessa possibilidade de avanços e de ocupação de espaços de poder, todas as mulheres do planeta. Inúmeras delas já “*ocupando o lugar que merecem*”, a exemplo dela própria, que galgou o mais alto cargo de comando do país, em circunstâncias meramente políticas.

Verifica-se que a presidente tenta fixar a sua imagem enquanto mulher, não só nas manifestações das propriedades linguísticas, mas também na construção do processo enunciativo. Nessa perspectiva, de construir sentido e se colocar no discurso a partir de condições históricas, Pêcheux ensina que:

As expressões e proposições mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é em relação às formações ideológicas. (PÊCHEUX 1995, p.160)

Entendemos ser oportuno frisar que, ao elaborar um discurso, o sujeito tem uma intencionalidade que se refere diretamente ao objetivo de sua ação. Neste caso, a presidente Dilma intenciona encorajar e engajar as mulheres de todo o mundo nas lutas em favor da igualdade de direito. (...) *É com coragem (...) que quero lhes falar no dia de hoje.*

É importante lembrar, porém, que a presidente (ou qualquer outro sujeito) não tem o exato controle sobre a força da “sua” fala, nem mesmo das direções possíveis que o “seu” enunciado tomará, considerando vários fatores de ordem externa.

Fatores esses, que vão desde a ausência de políticas públicas eficientes e capazes de tirar a mulher da linha da miséria, oferecendo-lhe educação e emprego, por exemplo; até as questões mais gerais de gêneros, como se observam em países africanos, onde as mulheres têm seus direitos violados sob todos os aspectos.

Na condição de autoridade, a presidente se coloca como a voz que “representa” todas as mulheres, através de um discurso realçado por marcas político-ideológicas. Em sua fala, a oradora se mostra, enquanto chefe de uma Nação, disposta não só a buscar oportunidades de igualdade para as mulheres, mas para todos os povos, de qualquer crença, raça e gênero.

De forma retórica, a oradora tenta persuadir e convencer o seu auditório (neste caso, chefes de várias Nações) construindo uma imagem positiva de si, ao tratar de questões que os conduzem a um sentimento de solidariedade e compaixão.

Reafirmando o pensamento de Aristóteles (2012), Maingueneau (2005) lembra que o orador se vale de três qualidades para firmar uma imagem positiva de si mesmo: a prudência (*phronesis*), que consiste em ponderar sobre o discurso; a benevolência (*eunóia*), que remete à transmissão de imagem agradável de si próprio e a virtude (*aretè*), que corresponde à transmitição de uma ideia de simplicidade e sinceridade.

No processo discursivo, o sujeito assume algumas posições consideradas preexistentes ao discurso, como o crédulo, o bom-caráter, o humano, o virtuoso, o sério, etc., visando inspirar confiança no auditório. Neste sentido, Charaudeau (2011, p. 137) observa que, “no discurso político as figuras dos *ethos* são, ao mesmo tempo voltadas para si mesmo, para o cidadão e para os valores de referência”, a chamada “relação triangular” composta pelo sujeito, pelo outro e pelo terceiro ausente.

No último fragmento do bloco analisado, verifica-se que a presidente, equivocadamente, recorre ao gênero gramatical para aferir “feminilidade” a algumas palavras: “*Na língua portuguesa, palavras como vida, alma e esperança pertencem ao gênero feminino..*”. Diante da confusa alusão, é importante destacar os ensinamentos de Camara Jr.:³⁰

A flexão de gênero é exposta de uma maneira incoerente e confusa nas gramáticas tradicionais do português (...) em virtude de uma incompreensão semântica da sua natureza, pelo costume de associá-la intimamente ao sexo dos seres (...). (CAMARA JR., 1973, p.78).

Ainda no fragmento em análise, a presidente enaltece a figura feminina e, novamente, confunde gênero gramatical com sexo. “(...) *são também femininas duas outras palavras muito especiais para mim: coragem e sinceridade*”.

Luft (1987) esclarece que gênero gramatical é um critério puramente linguístico e convencional que divide os substantivos em duas classes: aqueles que exigem nos adjetivos seus dependentes a concordância em aqueles que não exigem essa concordância. Para o autor, o gênero biológico é o sexo, categoria linguisticamente facultativa, dependente do interesse ou necessidade no ato da comunicação.

Afora a confusão estabelecida entre gênero e gramática, observa-se, na fala da presidente Dilma, traços ideológicos patentes do discurso feminino, atraindo para si,

³⁰ Joaquim Mattoso Câmara Jr instaurou no Brasil o estruturalismo, doutrina que marcou as ciências humanas a partir da década de 1960 e que se propunha a compreender a língua como estrutura definida pela relação funcional entre seus elementos constituintes.

características que identificam a mulher como um ser sensível, solidário e conciliador, deixando (implícito/não-dito/silenciado³¹) que os homens se representam através de palavras como agressividade e objetividade, caracterizadas em cenários que envolvem, por exemplo, política e poder.

A palavra se revela em um espaço no qual os valores fundamentais de uma dada sociedade se explicitam e se confrontam. Constata-se, também, que em todo o processo discursivo, a presidente Dilma Rousseff resignifica os seus enunciados e, com base na “sua” memória discursiva, bem como na formação ideológica e social na qual se insere, mobiliza o funcionamento do discurso sobre a mulher.

S2: linhas de 44 a 46 e 48 a 49

Nós, mulheres sabemos – mais que ninguém – que o desemprego não é apenas uma estatística. Golpeia as famílias, nossos filhos e nossos maridos. Tira a esperança e deixa a violência e a dor.

É significativo que seja a presidenta de um país emergente, um país que vive praticamente um ambiente de pleno emprego.

A presidente retoma a sua fala apoiada na figura de mulher, além de se sustentar na sua própria condição de mulher. Recorre, mais uma vez, à retórica, ao dizer que “*mais do que ninguém*”, as mulheres sabem como são devastadores os reflexos do desemprego para a família. Indursky (1997)³² chama atenção para o uso quarta pessoa discursiva (nós) - um efeito-sujeito - apontado quando a terceira pessoa é usada no lugar do eu, aparentando um apagamento do sujeito.

Para a autora (idem, p. 78) “a substituição de eu ou nós por ele simula o não preenchimento da forma-sujeito, sendo esta mais uma das formas com que o sujeito do discurso relaciona-se com a forma-sujeito que o constitui em sujeito de seu discurso”.

Observam-se na fala da presidente, outras vozes que dão sentido ao enunciado. Vozes que “denunciam” a violência imposta pelo desemprego, que desestrutura as famílias, muitas delas comandadas pelas próprias mulheres, impondo-lhes a fome e a miséria.

³² INDURSKY, Freda. A fala dos quartéis e as outras vozes. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997. Ao analisar os discursos presidenciais, a autora estabelece dois conjuntos de construções de referências para o nós. O primeiro representa a esfera do espaço público individual; o segundo, a esfera do espaço público compartilhado.

A condição de mulher da oradora torna a ser materializada no discurso para reforçar a construção de um *ethos* forte, convicto e, ao mesmo tempo, humano ao chamar a atenção para as consequências danosas provocadas pelo desemprego.

A oradora fala ao seu auditório de uma figura maternal e, ao mesmo tempo, individualista, preocupada com a sua família e com os efeitos que o problema do desemprego pode gerar, no sentido de desestruturá-la e destruí-la: “*o desemprego não é apenas uma estatística. Golpeia as famílias, nossos filhos e nossos maridos*”.

Essa representação da mulher chefe de família não é evidenciada na fala da presidente Dilma, mas é evidente que elas, também, são vítimas desse “golpe” empreendido pelo desemprego. Dados estatísticos³³ mostram que o problema não afeta somente os maridos e os filhos dessas mulheres. Mas, elas próprias que têm conquistado importantes papéis no mercado de trabalho são afetadas, considerando que em significativas ocasiões são excluídas desse mesmo mercado por variados fatores, entre os quais a responsabilidade de arcarem sozinhas com o cuidado dos filhos e todos os demais afazeres domésticos.

Isso nos remete a outro desafio que é o de aprofundar o debate sobre a transformação de valores e atitudes, a reformulação da divisão sexual de papéis na família e o partilhamento das responsabilidades domésticas e familiares por homens e mulheres. Essa necessidade deve ser encarada como uma das prioridades pelas políticas sociais públicas, para que as mulheres exerçam o direito ao trabalho em condições adequadas, sem a sobrecarga das várias jornadas, incluindo aí, a função de mãe e esposa, responsável pelas demandas domésticas, de forma solitária.

Retomando a análise do segmento discursivo acima exposto, observa-se que à luz do pensamento de Charaudeau (2006), verifica-se que a presidente brasileira faz uso da palavra de simplicidade quando aborda, em pronunciamento, um conjunto de fatores que têm importantes significados para a sociedade, a exemplo da constituição e manutenção da família.

Ao lançar essa abordagem, a presidente enfatiza que ao ser “golpeada” pelo desemprego, a família se fragiliza e a sua dignidade fica comprometida. Ela sinaliza para uma

³³http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/Mulher_Mercado_Trabalho_Perg_Resp_2012.pdf

mulher sensibilizada para com aqueles que perderam os seus empregos, considerando a desesperança e o flagelo que são imposto a um desempregado.

A oradora faz uso (retórico) do *ethos* solidário, despertando o sentimento de emoção aos seus interlocutores confirmando a tese de Charaudeau de que a reprodução discursiva atua sobre o interlocutor de modo a persuadi-lo, fazendo acreditar que há verdades em “sua” fala.

Ao enfatizar que o desemprego (...) *golpeia as famílias (...) tira a esperança e deixa a dor (...)*, revela-se uma fala forte e emocional. Esse discurso sensibilizado e apelativo da presidente se coaduna com o pensamento de Charaudeau (2006), ao se reportar à dramatização do discurso político que visa comover o seu interlocutor.

O dano causado pelo desemprego, conforme o discurso da presidente Dilma, pode redundar em violência, no mais amplo sentido da palavra, que traz como consequência a dor. É curioso como a presidente brasileira se reporta às mulheres-mães e esposas como se a elas coubesse um maior sofrimento ao verem filhos e maridos “feridos” pelo desemprego.

Charaudeau (2011, p.164) ainda observa que o político que quer parecer solidário terá interesse em se mostrar consciente das responsabilidades que cabem a ele próprio e ao seu governo. E nessa perspectiva, a presidente fala, inclusive, do cenário de pleno emprego em que vive o Brasil, no que pese ser um país emergente: “*É significativo que seja a presidente de um país emergente, um país que vive praticamente um ambiente de pleno emprego*”.

Em 2011 (ano em que o discurso foi proferido na ONU), o Brasil apresentava uma taxa de desemprego abaixo da dos países ricos e, pelo menos nas áreas metropolitanas, abaixo da média mundial, segundo dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT)³⁴, considerando os números de 2010.

Ao se colocar como representante de um país emergente que vive em clima de “*pleno emprego*” (reflexo do governo do presidente Lula), a oradora deixa subentendido que o Brasil está adotando políticas públicas eficientes e eficazes para a geração de emprego e renda. Parte dessa renda foi oriunda de programas sociais iniciados no governo de Fernando Henrique Cardoso³⁵, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Esses programas

³⁴ A OIT é a agência das Nações Unidas, cuja missão é promover oportunidades para que homens e mulheres possam ter acesso a um trabalho decente e produtivo, em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade. (<http://www.oit.org.br/content/apresenta%C3%A7%C3%A3o>)

³⁵ Sociólogo e cientista político. Foi o primeiro presidente do Brasil a ser eleito para dois mandatos consecutivos, de 1995 a 1998 e de 1999 a 2002.

(Bolsa-Escola, Bolsa-Família, etc.) foram ampliados nas gestões do então presidente Luís Inácio Lula da Silva, bem como no governo da própria presidente Dilma.

É interessante ressaltar, no entanto, que a tendência de queda do desemprego foi registrada em todos os países, naquele momento. A situação é bem diversa da enfrentada atualmente. Segundo a própria OIT, a taxa de desemprego no Brasil tem diminuído timidamente, ano a ano. Atingiu 6,7% em 2013, cairá em 2014 para 6,6%, e chegará em 2015 em 6,5%. O mesmo índice deve se manter em 2016. A OIT prevê que o índice global de desemprego deverá ser em média de 6,1% entre 2014 e 2016.

Nos fragmentos, observa-se que, na posição de “chefe” de uma Nação, a presidente Dilma constrói um discurso para si, mas na perspectiva de que o outro adira e se identifique. Ao mesmo tempo estabelece uma imagem combativa que, conforme Charaudeau (2011, p.93), pode ser apreciada positivamente por aqueles que têm necessidade de identificar-se com o *ethos* de “poder” (“ela sabe lutar”).

Convém destacar que, no discurso político, o *ethos* se constrói e, a depender da posição do sujeito, tem o poder de persuadir, no entanto, com enfoques frágeis. O discurso da presidente se filia a redes de sentidos e, como destaca Orlandi (2007), fica no campo da ideologia e do inconsciente. Têm-se um sujeito múltiplo que atravessa e é atravessado por diversos discursos.

Esse sujeito, de acordo com Pêcheux (1988), tem a ilusão de que é autor do seu discurso (Esquecimento 1) e se coloca como alguém que tem autonomia na escolha das palavras que emprega no discurso que acredita ser seu (Esquecimento 2).

Ao nos atermos aos fragmentos em análise, constata-se um sujeito que está enunciando de um lugar social determinado, em adequadas condições de produção e movido por formações discursivas e ideológicas que lhe permitem enunciar. Observa-se que o que se estabelece como discurso é, na prática, a afirmação das várias posições que o sujeito ocupa, no decorrer da sua formação sócio-histórica.

É importante destacar os ensinamentos de Pêcheux (2008) sobre a palavra se significar, a partir das posições ideológicas que se colocam no processo histórico-social, no qual é produzida e resignificada. Assim, a presidente Dilma profere um discurso com palavras (re) significadas com base nos seus posicionamentos ideológicos, construídos e sustentados na memória discursiva.

O papel e a importância da mulher são questões que voltam a ser tratadas, de forma sucinta, em 2012, quando a presidente Dilma retorna à tribuna da ONU, por ocasião da 67ª Assembleia Geral. A oradora destaca a necessidade da conquista de mais espaço para as mulheres, assim como da adoção de medidas que reduzam a desigualdade entre gêneros.

S3: linhas de 02 a 02 (Discurso proferido em 2012)

*Para muitos, nós mulheres, somos a metade do céu, mas nós queremos ser a metade da terra, também, com igualdade de direitos e oportunidades, livres de todas as formas de discriminação e violência, capazes de construir a sua emancipação e, com ela, contribuir para a plena emancipação de todos.*³⁶

Adotando o *ethos* da identificação “*nós mulheres*”, a presidente mais uma vez, chama para si a responsabilidade de representar o gênero. “*Nós queremos*” (ela e o outro) a igualdade de direitos tão sonhados e reivindicados ao longo da história da sociedade. Nessa perspectiva, Indursky (1997) ensina que:

(...) o sujeito do discurso, ao interpelar o outro, pouco definido e até ausente, instaura a cena discursiva que não é espacialmente determinada pelo espaço físico em que a alocação está ocorrendo nem pela presença física do interlocutor. A cena discursiva remete para o cenário discursivo que não possui materialidade física e que é mobilizado pelo imaginário social do sujeito do discurso. (INDURSKY, 1997, p. 137).

Nota-se que a memória discursiva é retomada sob a forma do pré-construído, do já-dito que, segundo Orlandi (2002, p 31) está na base do dizível, sustentando cada tomada de palavra. Essa memória discursiva é o interdiscurso que, conforme entendimento da autora (*idem*), “é o saber discursivo que torna possível todo dizer”.

Assim, verifica-se que a fala da presidente é determinada por formações ideológicas e marcada por outros dizeres. Observa-se um discurso tensionado pela memória que traz marcas históricas de violação de direitos, de violência e de discriminação praticadas contra a mulher. Ao mesmo tempo nota-se uma mulher não muito disposta a querer todos os direitos: “*Somos a metade do céu, mas nós queremos ser a metade da terra, também*”.

Observa-se que, apesar do desejo concreto e da luta pela independência, pela igualdade de direitos, vê-se uma mulher um tanto presa ao que se impôs como “natural” nas

³⁶Discurso disponível em <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discorso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-abertura-da-67a-assembleia-geral-das-nacoes-unidas-nova-iorque-eua>

sociedades patriarcais: a submissão feminina. Pela fala da oradora, subentende-se que a mulher quer, mas não quer tanto, não quer tudo. Quer apenas a metade. A outra metade, implicitamente, pode-se manter sob os atuais ditames sociais.

Isso nos remete ao pensamento de Bourdieu, (1970, p.17), segundo o qual “o mundo social e suas arbitrárias divisões, a começar pela divisão socialmente construída entre os sexos, passam a ser vistos como naturais, evidentes, e adquirem, assim, todo um reconhecimento de legitimação”.

Cabe, também, a análise feita por M.Perrot³⁷ (1991, p.172) de que “o poder das mulheres também é um jogo de poder”, neste caso, como forma de se imiscuir da violência simbólica, incorporada como habitus mais ou menos fixado ao longo do tempo.

A violência simbólica é um conceito criado por Bourdieu (1970), juntamente com Passeron³⁸, para descrever o processo pela qual a classe dominante (economicante), impõe sua cultura aos dominados, o que bem se coaduna com a prática política. É também um costume que se institui em cada ato e que orienta a posição do sujeito no espaço social, seguindo critérios estabelecidos pelo sistema dominante, sem que o dominado se aperceba da dominação.

Essa violência simbólica é promovida pelos mais diversos aparelhos ideológicos, como a igreja, a escola, a mídia e o estado. Ela se dá pelas forças sociais que colocam o sujeito em diferentes posições (habitus) na sociedade, que equivalem aos seus diferentes estilos de vida.

Bourdieu parte do princípio de que a cultura ou o sistema simbólico é arbitrário, uma vez que não se assenta numa realidade dada como natural e faz com que o dominado não se considere vítima desse processo.

Assim, a construção da identidade individual dessa mulher “dividida” apresentada pela presidente Dilma, em seu discurso na ONU, é baseada na multiplicidade de sua participação nas mais variadas comunidades de práticas sociais. São essas práticas que fundamentam o sentido das suas palavras e que a coloca em diferentes posições.

37 Vê mais em PERROT, M.“Sair”. In: DUBY, Georges e PERROT, Michelle. História das Mulheres no Ocidente - Volume 4: O Século XIX. Porto: Ed. Afrontamento. EDIBRASIL, São Paulo, 1991.

38 Bourdieu, Pierre e Passeron, Jean-Claude, "A reprodução. Elementos para uma teoria do sistema de ensino", Lisboa, 1970.

Num processo discursivo, naturalmente, registra-se o esquecimento de alguns sentidos no que pese eles estarem na memória que, por sua vez, é feita de esquecimentos e silêncios. Assim, o sujeito é historicamente determinado pelo interdiscurso e pela memória do dizer.

A partir da sua formação social e sustentada no papel de alguém que tem poder político, a presidente defende uma convivência igualitária, alargando o desejo de querer contribuir para que todos os povos sejam, também, emancipados.

Apesar de ser uma fala recheada de muitas outras falas (interdiscurso), ela aparece cheia de orientações (ideológicas), porém, não totalmente explícitas. Essas orientações surgem como elementos discursivos que constituem dispositivos de identificação e produzem relações de subjetividade.

Assim, recorrendo à memória discursiva e numa perspectiva de que o seu discurso faça sentido, a presidente Dilma procura se mostrar crível e tenta persuadir os seus interlocutores (especificamente as mulheres) conclamando-os a se unirem contra o julgo, sujeições e preconceitos perpetrados por qualquer um que se sinta autoridade.

Em todo o pronunciamento da presidente aos chefes de Nação, observam-se as vozes de "outros", o que Bakhtin classifica de enunciado de natureza social:

O ato da fala, ou, mais exatamente o seu produto, a enunciação, não pode de forma alguma ser considerado como individual no sentido estrito do termo; não pode ser explicado a partir de condições psicofisiológicas do sujeito falante. A enunciação é sempre de natureza social. (BAKHTIN, 1995,p. 95).

Verifica-se que a mulher no discurso da presidente Dilma difere da sua prática social e política. Notam-se falas sem sustentação na sua práxis cotidiana, considerando que não há registros que a apontem como uma militante política imbuída de propósitos, fora do eixo socialista. Ao contrário: na época da guerrilha, a militante, e hoje presidente, sempre lutou em defesa do comunismo e contra o modelo de Estado capitalista que mantinha o poder sustentado no controle econômico.

Porém, não podemos ignorar o fato de que todo sujeito procura conquistar a credibilidade e a confiança do seu público. Em se tratando de discurso político, isso fica mais fortemente patenteado pelas representações do sujeito enunciadador. Nesse sentido, Charaudeau ressalva que:

O discurso político reproduz os elementos da vida social, ora como governo, ora como processo discursivo uma vez que corresponde ao "lugar de engajamento do

sujeito, de justificação de seu posicionamento e de influência do outro, cuja encenação varia segundo as circunstâncias de comunicação. [...]" (CHARAUDEAU, 2006, p. 43).

Como, em parte, já conhecemos os caminhos trilhados pela presidente do Brasil, em seu pronunciamento ao mundo, podemos observar as marcas da formação ideológica que dá cabo à formação discursiva, além do entrecruzamento entre poder e saber que resulta na constituição do sujeito que se vale da palavra (da promessa) de que todos podem ser livres.

Vale salientar que cada discurso define o estatuto do enunciador e do destinatário para legitimar seu dizer. Nessa construção, cada sujeito tem uma maneira única de falar e buscar a aceitação junto ao seu público e isso se dá num processo de conquista firmada entre o sujeito do discurso e o seu receptor.

Segundo Orlandi (2001), o sujeito está sempre se (re) constituindo nos sentidos, de modo a assumir posições no mundo e no discurso, a partir de deslocamentos na história, na língua e em si mesmo.

Conclui-se, portanto, que o sujeito tem a ilusão da consciência (Esquecimento 2), por não se aperceber da interpelação constante por discursos outros. Assim, constata-se que o pronunciamento da presidente Dilma Rousseff, proferido na abertura da Assembleia Geral da ONU, é um recorte das representações da sua vivência nos espaços políticos, sociais e ideológicos, em que a palavra se revela em um espaço no qual os valores fundamentais de uma dada sociedade se explicitam e se confrontam.

S4 – linhas de 209 a 214

Junto minha voz às vozes das mulheres que ousaram lutar, que ousaram participar da vida política e da vida profissional, e conquistaram o espaço de poder que me permite estar aqui hoje. Como mulher que sofreu tortura no cárcere, sei como são importantes os valores da democracia, da justiça, dos direitos humanos e da liberdade.

O fragmento acima denuncia vestígios de diversos atravessamentos ideológicos e memória discursiva. No primeiro momento, quando diz: “*junto minha voz às vozes de mulheres que usaram lutar*”, a presidente, retoricamente, reporta-se a si mesma, como uma mulher que “ousou” lutar, construindo a imagem de um ser destemido que se contrapôs ao poder e, naquele momento, como chefe de uma Nação, credenciou-se a estar naquele cenário (a ONU).

Charaudeau (2006) orienta que a credibilidade é uma qualidade ligada ao sujeito. E a presidente se faz crédula ao se colocar como mulher que venceu que (junto com muitas

outras), conquistou o espaço de poder, quebrando preconceitos e se colocando como igual. Ao tempo em que se apresenta como sujeito que rompeu padrões sociais, ao se rebelar contra um modelo de Estado, por exemplo, ela incita todas as mulheres a tomarem os seus assentos no mundo, em qualquer área.

Sem desconsiderar a força da mulher, no caso da presidente Dilma, convém frisar que a sua chegada ao comando do Brasil não foi propiciada por força da sua militância, mas por indicação do seu antecessor (Lula), que antes de encerrar o segundo mandato, passou a apregoar a necessidade de oportunizar às mulheres e aos negros, que estavam em arenas de menor importância, a ocupação de espaços de poder.

Com o discurso voltado aos resultados da “ousadia” que a permitiu chegar aonde chegou, a presidente leva os seus interlocutores a fazerem uma imagem ideal de si. Mais uma vez, nota-se uma fala construída, com base na memória discursiva, marcada pelas constantes lutas contra toda sorte de discriminação imposta às mulheres, apresentadas ao mundo como o "sexo frágil", a incapaz. Dito de outra forma, como salienta Charaudeau (2006, p. 119), a credibilidade repousa sobre um "poder fazer". Assim sendo, uma mulher que luta, conquista o seu espaço de poder.

Nesse excerto, ainda, observa-se, um chamamento à exaltação de valores como, direitos humanos, justiça e liberdade, contrapondo-se ao processo de tortura e tolhimentos impostos durante a ditadura contra o qual se insurgiu a então militante Dilma Rousseff.

É importante destacar que a tortura que a presidente disse ter sofrido no cárcere, não foi motivada pela sua ação em favor das mulheres, mas justamente, pela posição política que adotou contra o regime autoritário, implantado no país durante o Golpe Militar de 1964.

Courtine (2006) lembra que o discurso político é operador de memória. Assim, o sujeito, como ser social, dialoga com vários outros discursos, com outras formações ideológicas e os traz à superfície da memória. Assim, em sua fala, a presidente rememora o passado da ditadura e inscreve a história naquilo que considera a marca dos governos progressistas: a democracia e a liberdade (sobretudo, de expressão).

Ainda nessa conjuntura, a presidente Dilma aponta resquícios da contraposição ao processo de opressão e submissão imposto às mulheres no decorrer da história.

Convém observar que, como o interdiscurso não é transparente nem, muito menos, o sujeito é a origem dos sentidos, ninguém consegue enxergar a totalidade significativa e nem compreender todos os percursos de sentido produzidos socialmente.

Deste modo, confere-se na fala da oradora a retomada de sentidos pré-existentes e, ainda, sentidos realocados com novas significações, como a chegada de uma mulher para falar ao mundo, a partir da tribuna da ONU.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fazer esse deslocamento da comunicação, imediatista por natureza, para a Análise do Discurso, foi muito provocador. O maior desafio, sem dúvida, foi perceber as possibilidades de sentidos, além do que havia claramente expresso no conteúdo da materialidade discursiva-textual.

Confesso que foi instigante, na minha primeira missão como analista, descobrir e compreender, em cada enunciado, o que não estava dito, mas que gerava sentido àquilo que vinha à superfície do pronunciamento da presidente Dilma Rousseff.

Assim, nesse caminho meio tortuoso, porém encantador, bebendo em fontes de pensadores como Pêcheux, Charadeau, Orlandi, dentre outros, fomos sustentando, do ponto de vista teórico-metodológico, a nossa pesquisa e descobrindo contextos sócio-históricos que escoravam a fala do sujeito que propusemos analisar, considerando o cenário discursivo em que esse sujeito estava inserido.

Inicialmente, era nossa intenção analisar as marcas ideológicas e a memória discursiva revelados na fala da presidente da República, Dilma Rousseff, por ocasião da abertura da 66ª Assembleia-geral da ONU, ocorrida em 2011, na cidade de Nova Iorque, nos Estados Unidos. No decorrer da pesquisa, no entanto, acabamos – meio que involuntariamente – estreitando a análise para os recortes discursivos que tratavam sobre a mulher, o seu papel em sociedade, a luta estabelecida para minimizar as desigualdades e, principalmente, os avanços no processo de ocupação de espaço de poder.

O que mais nos chamou a atenção foi exatamente esse “cuidado” para com a mulher, esse chamamento público para que elas ocupassem os espaços de poder, ter sido levantado por uma mulher que não se inscreveu na história como uma militante de gênero. A militante, lá “dos movimentos de guerrilhas”, estava preocupada com outras questões, como liberdade de expressão e queda do capitalismo, por exemplo. Dilma Rousseff não pautou a questão feminina como prioridade, nem mesmo quando foi se deslocando para as instâncias de poder.

Nessa perspectiva, sob os fundamentos das teorias da Análise do Discurso da linha francesa - que tem Pêcheux como um dos seus teóricos fundadores - alicerçamos o nosso trabalho, explorando algumas categorias de análise, em especial, a Memória Discursiva, dada sua importância na compreensão dos efeitos de sentido do *corpus* de análise do não verbal, revelados no discurso em exame.

Também focamos em outras categorias como a Formação Discursiva, Formação Ideológica e Formação Imaginária. Chamamos a atenção para esta última, considerando a indicação dos lugares “que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro”. (PÊCHEUX, 1990, p.82).

Essa Formação Imaginária se refere ao jogo de imagem de um discurso, uma vez que o sujeito, ao ocupar uma determinada posição, constroi uma imagem ao pronunciar seu discurso, seja do lugar que ocupa, do lugar que ocupa o seu interlocutor e do lugar do próprio discurso. Observamos que a Formação Imaginária dialoga com a noção de *ethos*, uma vez que tanto uma quanto a outra trabalha a constituição/venda da imagem (ideal) que o sujeito faz de si para o seu receptor.

Constatamos que o discurso da presidente Dilma dialoga, em parte, com a memória discursiva. São falas constituídas de memórias e do esquecimento do outro, ancoradas nas formações político-ideológico-discursivas e que foram formando e encadeando sentidos a partir do encontro com outros sentidos.

Dentro desse entendimento, Orlandi (2007) enfatiza que os sentidos e os sujeitos se constituem em processos em que há transferências - jogos simbólicos dos quais não temos o controle e, nos quais, o equívoco – o trabalho da ideologia e do inconsciente – está largamente presente.

Ao analisar o discurso proferido pela presidente Dilma, observamos, na prática, o sujeito se manifestando através da linguagem e recorrendo à memória como meio de produzir efeito de sentido, considerando a sua relação com a história, bem como com as condições de produção.

Neste caso, a memória discursiva evoca elementos pré-construídos que recuperam o discurso fundador e, em seguida, provoca o seu apagamento para redefinir um novo discurso. Conclui-se, assim, que o interdiscursivo é indispensável à constituição dos discursos e que o verbal e o não-verbal produzem, concomitantemente, discursos que são retomados pela memória discursiva.

Ao analisarmos as sequências discursivas, recortadas do *corpus* do nosso trabalho, ficaram claros os atravessamentos ideológicos impregnados na fala da presidente Dilma. Também, observamos que a relação com a historicidade, ancorada na memória discursiva garantiu sentido a esses discursos e associaram a presidente à imagem de uma mulher forte e persuasiva.

Evidenciamos que a presidente, do lugar de chefe e na posição de oradora da ONU, chamou a atenção das mulheres do mundo para a necessidade de se rebelar contra o modelo patriarcal, dominador alimentado ao longo dos anos, passando a conquistar os espaços de poder e de decisão.

É claro que a presidente reproduz sentidos linguístico-discursivos, oriundos de contextos históricos que designou a mulher ao exercício da maternidade, aos cuidados com os filhos, com o marido e com afazeres domésticos. É fato que os sentidos da submissão imposta à mulher são ressignificados no discurso da presidente Dilma, quando ela conclama essa mesma mulher a tomar assento nos lugares de poder e de decisão, apresentando caminhos que podem levá-las às mudanças que ensejam.

Assim, nesse processo de chamamento incisivo, a presidente Dilma, no papel de oradora na ONU, pretendeu e construiu uma imagem de forte, fazendo vibrar anseios públicos e democráticos em todas as instâncias, especialmente, pelo fato de ser a primeira mulher, no mundo, a abrir o debate da Assembleia-geral da instituição, um lugar que alarga em grande escala a posição de poder.

Deste modo, “vendeu” a sua imagem de uma mulher-mãe, mulher-trabalhadora, mulher-chefe de Nação, embasada na necessidade dos avanços na luta pela quebra de desigualdade e defendendo o fim do que Steil (1997) chamou de fenômeno de teto de vidro, onde se nutria a tese da incapacidade feminina para ocupar funções e exercer atividades até então reservadas aos homens.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTHUSSER, L -**Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. Lisboa: Presença, 1974.
- _____. **Aparelhos ideológicos de Estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado. 9.ed. Tradução de Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2003.
- AMARAL, Maria V. Borges -**Discurso e Relações de Trabalho**. Maceió/AL, Edufal,2005.
- _____. **O Averso do Discurso**:Análise de práticas discursivas no campo do trabalho. Maceió/AL, Edufal, 2007.
- AMOSSY, Ruth. (org.). **A imagem de si no discurso**: a construção do *ethos*. São Paulo: Contexto, 2005.
- ARISTÓTELES. **Arte retórica e a arte poética**. São Paulo: Ediouro, 1998.
- _____. **Arte retórica e arte poética**. 17.ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005.
- _____. **Retórica - Obras Completas de Aristóteles - Vol. 8 - Tomo 1 - 2012**
- Editora Martins Fontes.
- AUSTIN, J.L. **Quando dizer é fazer**: palavras e ação. Trad. de Danilo Marcondes de Souza Filho, Porto Alegre: Artes médicas, 1990.
- BAKHTIN, M. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**, São Paulo/SP, Hucitec, a999.
- _____. Os Gêneros do Discurso. In: **Estética da criação verbal**. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo, Martins Fontes, 2003.
- BARSTED, Leila de Andrade Linhares. **Em busca do tempo perdido**: mulheres e políticas públicas no Brasil, 1983-1993. Revista Estudos Feministas, (CIEC/ Escola de Comunicação UFRJ) n. especial (outubro), pp. 38-54. 1994.
- BARTHES, R. (1975). A retórica antiga. In: Cohen [e outros]. **Pesquisas de retórica**. Petrópolis: Vozes.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999
- _____ **O poder simbólico**. 4. ed. Rio de Janeiro:Bertrand Brasil, 2001a
- BRABO, Tânia Suely Antonelli Marcelino. **Gênero e Poder Local**. São Paulo: Humanitas, 2008, Cap. 1, pp. 25-50.
- BRANDÃO, Helena N.-**Introdução à análise do discurso**.Campinas, SP: Editora da Unicamp,1996.
- CAMARA, Jr., J. Mattoso. **Estrutura da Língua Portuguesa**, 4.^a ed., Petrópolis,Vozes, 1973; 6^a ed., Petrópolis,Vozes, 1976.

CARVALHO, Maria L. G. Costa – **A Construção de uma Discursividade Feminina em Sergipe** (a Revista Renovação na década de 1930). São Cristóvão: UFS, 2012.

CHARADEAU, Patrick. **Discurso político**. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. **Linguagem e discurso: modos de organização**. São Paulo: Contexto, 2009.

_____. **Discurso Político**. Trad. Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. São Paulo/SP. Ed. Contexto, 2006.

CHAUÍ, M. **Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas**. 11ªed. São Paulo: Cortez, 2006

CORTEN, André. Discurso e Representação do Político. In: INDURSKY, F; FERREIRA, M.C.L. **Os múltiplos territórios da análise do discurso**. 1. ed. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1999, p.37.

COURTINE, Jean Jaques. **Metamorfoses do discurso político: as derivas da fala pública**. Tradução de Nilton Milanez, Carlos Piovezani Filho. São Carlos: Claraluz, 2006.

_____. **Análises do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos**. São Paulo: Edusfscar, 2009.

_____. O Chapéu de Clementis: observações sobre a memória e o esquecimento na enunciação do discurso político. In: INDURSKY, Freda, FERREIRA, M. Cristina: **Os múltiplos territórios da Análise do Discurso**. Porto Alegre – Sagra Luzzatto, 1999.

DIJK, Teun A. Van. **Discurso e Poder**. Judith Hoffnagel e Karina Falcone (orgs). São Paulo: Contexto, 2008.

FLORÊNCIO, A.; MAGALHÃES, B. (orgs). **Análise do discurso: fundamentos e práticas**. Maceió: UFAL, 2009.

_____. **O sujeito do Discurso: um diálogo possível e necessário**, Revista Linguagem em (Dis) curso. Do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem Unisul. Vol3 Especial Santa Catarina, Ed. Unisul, 2003.

FONSECA, R. M. G. S. (Org.). **Mulher e cidadania na nova ordem social**. São Paulo: Núcleo de Estudos da Mulher e Relações Sociais de Gênero (NEMGE/USP), 1996.

FOUCAULT, M. – **Microfísica do Poder**. Org. e trad. Roberto Machado, Rio de Janeiro/RJ. Ed. Graal, 1979

_____. **A Ordem do Discurso** – São Paulo/SP, Ed, Loyola, 1996

GOMES, A. M. T. **O desafio da análise de discurso: os dispositivos analíticos na construção de estudos qualitativos**. R Enferm UERJ. 2006

GREGOLIN, M. R. Linguagem e história: relações entre a linguística e a análise do discurso. In: BOSCO, J. B. C. (org.) **Sujeito e subjetividade: discursividade contemporâneas**. Uberlândia: EDUFU, 2009

- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- INDURSKY, Freda. **A fala dos quartéis e as outras vozes**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.
- LEANDRO FERREIRA, M. C. **Glossário de termos do discurso**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001.
- LUFT, Celso Pedro. **Moderna Gramática Brasileira**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Globo S.A, 1987
- MALDIDIER, D. **A inquietação do discurso: (re)ler Michel Pêcheux hoje**. Campinas, SP: Pontes, 2003.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em Análise do Discurso**. Campinas: Pontes & Editora da Unicamp, 1993. VERBUM – Cadernos de Pós-Graduação, n. 1, p. 93-108, 2012 – Adriana Recla 107.
- _____ **Gênese dos discursos**. Curitiba: Criar, 2005b.
- MIGUEL, Luis Felipe; FEITOSA, Fernanda. **O gênero do discurso parlamentar: mulheres e homens na tribuna da Câmara dos Deputados**. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 52, n° 1, pp. 201-221. 2009.
- MOTTA, Ana Raquel & SALGADO, Luciana (org). **Ethos discursivo**. São Paulo: Contexto, 2008.
- ORLANDI, E. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas (SP): Pontes; 2001.
- _____ **Interpretação, autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. Petrópolis, Vozes, 1996
- _____ **Discurso & leitura**. Campinas (SP): Ed. Unicamp; 2001.
- _____ **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. Campinas (SP): Pontes; 2003.
- PAIVA, Raquel. **Política: palavra feminina**. Rio de Janeiro: Mauad X. 2008.
- PATEMAN, C. **O Contrato Sexual**. Tradução de Marta Avancini. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- PÊCHEUX, M. - **Análise automática do discurso**. In: Gadet F, Hak T, organizadores. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas (SP): Editora da Unicamp; 2001.p. 61-161.
- _____ **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas (SP): Ed. Unicamp; 1996.
- _____ **O Discurso: estrutura ou acontecimento**. Campinas/SP, Ed. Pontes, 2002.
- _____ **Papel da memória**. In: ACHARD, P. et al. (Org.) **Papel da memória**. Tradução e introdução José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999.

_____ & C. Fuchs (1975) A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In F. Gadet e T. Hak (orgs) **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Trad. Bethânia Mariani et alii. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

PINTO, Celi Regina Jardim. **Com a palavra o senhor presidente José Sarney**: o discurso do Plano Cruzado. São Paulo: Editora Hucitec, 1989.

PINTO, M. J. “Retórica e análise de discursos”. In: Fronteiras – **estudos midiáticos**, vol.II, 1 São Leopoldo: UNISINOS, 2001.

POSSENTI, S. **Os limites do discurso**. Curitiba: Criar edições, 2002.

_____. **Questões para analistas do discurso**. São Paulo: Parábola, 2009.

SOBRINHO, Helson Flávio S. – **Discurso, velhice e classes sociais**: a dinâmica contraditória do dizer agitando as filiações de sentido na processualidade histórica. Maceió/AL – Ed. Edufal, 2007.

STEIL, A. V. **Organizações, gênero e posição hierárquica**: compreendendo o fenômeno do teto de vidro. Revista de Administração, São Paulo, v. 32, n. 3, p. 62-69, jul./set. 1997.

ANEXOS

ANEXO 1

Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na abertura do Debate Geral da 66ª Assembleia Geral das Nações Unidas - Nova York/EUA

(<http://www2.planalto.gov.br/imprensa/discursos/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-abertura-do-debate-geral-da-66a-assembleia-geral-das-nacoes-unidas-nova-iorque-eua>)

21/09/2011 às 11h20

Nova York-EUA, 21 de setembro de 2011

Senhor presidente da Assembleia Geral, NassirAbdulaziz Al-Nasser,

Senhor secretário-geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon,

Senhoras e senhores chefes de Estado e de Governo,

Senhoras e senhores,

Pela primeira vez, na história das Nações Unidas, uma voz feminina inaugura o Debate Geral. É a voz da democracia e da igualdade se ampliando nesta tribuna, que tem o compromisso de ser a mais representativa do mundo.

É com humildade pessoal, mas com justificado orgulho de mulher, que vivo este momento histórico.

Divido esta emoção com mais da metade dos seres humanos deste Planeta, que, como eu, nasceram mulher, e que, com tenacidade, estão ocupando o lugar que merecem no mundo. Tenho certeza, senhoras e senhores, de que este será o século das mulheres.

Na língua portuguesa, palavras como vida, alma e esperança pertencem ao gênero feminino, e são também femininas duas outras palavras muito especiais para mim: coragem e sinceridade. Pois é com coragem e sinceridade que quero lhes falar no dia de hoje.

Senhor Presidente,

O mundo vive um momento extremamente delicado e, ao mesmo tempo, uma grande oportunidade histórica. Enfrentamos uma crise econômica que, se não debelada, pode se transformar em uma grave ruptura política e social. Uma ruptura sem precedentes, capaz de provocar sérios desequilíbrios na convivência entre as pessoas e as nações.

Mais que nunca, o destino do mundo está nas mãos de todos os seus governantes, sem exceção. Ou nos unimos todos e saímos, juntos, vencedores ou sairemos todos derrotados.

Agora, menos importante é saber quais foram os causadores da situação que enfrentamos, até porque isto já está suficientemente claro. Importa, sim, encontrarmos soluções coletivas, rápidas e verdadeiras.

Essa crise é séria demais para que seja administrada apenas por uns poucos países. Seus governos e bancos centrais continuam com a responsabilidade maior na condução do processo, mas como todos os países sofrem as consequências da crise, todos têm o direito de participar das soluções.

Não é por falta de recursos financeiros que os líderes dos países desenvolvidos ainda não encontraram uma solução para a crise. É – permitam-me dizer – por falta de recursos políticos e, algumas vezes, de clareza de ideias.

Uma parte do mundo não encontrou ainda o equilíbrio entre ajustes fiscais apropriados e estímulos fiscais corretos e precisos para a demanda e o crescimento. Ficam presos na armadilha que não separa interesses partidários daqueles interesses legítimos da sociedade.

O desafio colocado pela crise é substituir teorias defasadas, de um mundo velho, por novas formulações para um mundo novo. Enquanto muitos governos se encolhem, a face mais amarga da crise – a do desemprego – se amplia. Já temos 205 milhões de desempregados no mundo – 44 milhões na Europa, 14 milhões nos Estados Unidos. É vital combater essa praga e impedir que se alastre para outras regiões do Planeta.

Nós, mulheres, sabemos – mais que ninguém – que o desemprego não é apenas uma estatística. Golpeia as famílias, nossos filhos e nossos maridos. Tira a esperança e deixa a violência e a dor.

Senhor Presidente,

É significativo que seja a presidenta de um país emergente – um país que vive praticamente um ambiente de pleno emprego – que venha falar, aqui, hoje, com cores tão vívidas, dessa tragédia que assola, em especial, os países desenvolvidos.

Como outros países emergentes, o Brasil tem sido, até agora, menos afetado pela crise mundial. Mas sabemos que nossa capacidade de resistência não é ilimitada. Queremos – e podemos – ajudar, enquanto há tempo, os países onde a crise já é aguda.

Um novo tipo de cooperação, entre países emergentes e países desenvolvidos, é a oportunidade histórica para redefinir, de forma solidária e responsável, os compromissos que regem as relações internacionais.

O mundo se defronta com uma crise que é, ao mesmo tempo, econômica, de governança e de coordenação política.

Não haverá a retomada da confiança e do crescimento enquanto não se intensificarem os esforços de coordenação entre os países integrantes da ONU e as demais instituições multilaterais, como o G-20, o Fundo Monetário, o Banco Mundial e outros organismos. A ONU e essas organizações precisam emitir, com a máxima urgência, sinais claros de coesão política e de coordenação macroeconômica.

As políticas fiscais e monetárias, por exemplo, devem ser objeto de avaliação mútua, de forma a impedir efeitos indesejáveis sobre os outros países, evitando reações defensivas que, por sua vez, levam a um círculo vicioso.

Já a solução do problema da dívida deve ser combinada com o crescimento econômico. Há sinais evidentes de que várias economias avançadas se encontram no limiar da recessão, o que dificultará, sobremaneira, a resolução dos problemas fiscais.

Está claro que a prioridade da economia mundial, neste momento, deve ser solucionar o problema dos países em crise de dívida soberana e reverter o presente quadro recessivo. Os países mais desenvolvidos precisam praticar políticas coordenadas de estímulo às economias extremamente debilitadas pela crise. Os países emergentes podem ajudar.

Países altamente superavitários devem estimular seus mercados internos e, quando for o caso, flexibilizar suas políticas cambiais, de maneira a cooperar para o reequilíbrio da demanda global.

Urge aprofundar a regulamentação do sistema financeiro e controlar essa fonte inesgotável de instabilidade. É preciso impor controles à guerra cambial, com a adoção de regimes de câmbio flutuante. Trata-se, senhoras e senhores, de impedir a manipulação do câmbio tanto por políticas monetárias excessivamente expansionistas como pelo artifício do câmbio fixo.

A reforma das instituições financeiras multilaterais deve, sem sombra de dúvida, prosseguir, aumentando a participação dos países emergentes, principais responsáveis pelo crescimento da economia mundial.

O protecionismo e todas as formas de manipulação comercial devem ser combatidos, pois conferem maior competitividade, de maneira espúria e fraudulenta.

Senhor Presidente,

O Brasil está fazendo a sua parte. Com sacrifício, mas com discernimento, mantemos os gastos do governo sob rigoroso controle, a ponto de gerar vultoso superávit nas contas públicas, sem que isso comprometa o êxito das políticas sociais, nem nosso ritmo de investimento e de crescimento.

Estamos tomando precauções adicionais para reforçar nossa capacidade de resistência à crise, fortalecendo nosso mercado interno com políticas de distribuição de renda e inovação tecnológica.

Há pelo menos três anos, senhor Presidente, o Brasil repete, nesta mesma tribuna, que é preciso combater as causas, e não só as consequências da instabilidade global.

Temos insistido na interrelação entre desenvolvimento, paz e segurança, e que as políticas de desenvolvimento sejam, cada vez mais, associadas às estratégias do Conselho de Segurança na busca por uma paz sustentável.

É assim que agimos em nosso compromisso com o Haiti e com a Guiné-Bissau. Na liderança da Minustah temos promovido, desde 2004, no Haiti, projetos humanitários, que integram segurança e desenvolvimento. Com profundo respeito à soberania haitiana, o Brasil tem o orgulho de cooperar para a consolidação da democracia naquele país.

Estamos aptos a prestar também uma contribuição solidária, aos países irmãos do mundo em desenvolvimento, em matéria de segurança alimentar, tecnologia agrícola, geração de energia limpa e renovável e no combate à pobreza e à fome.

Senhor Presidente,

Desde o final de 2010 assistimos a uma sucessão de manifestações populares, que se convencionou denominar “Primavera Árabe”. O Brasil é pátria de adoção de muitos imigrantes daquela parte do mundo. Os brasileiros se solidarizam com a busca de um ideal que não pertence a nenhuma cultura, porque é universal: a liberdade.

É preciso que as nações aqui reunidas encontrem uma forma legítima e eficaz de ajudar as sociedades que clamam por reforma, sem retirar de seus cidadãos a condução do processo.

Repudiamos com veemência as repressões brutais que vitimam populações civis. Estamos convencidos de que, para a comunidade internacional, o recurso à força deve ser sempre a última alternativa. A busca da paz e da segurança no mundo não pode limitar-se a intervenções em situações extremas.

Apoiamos o Secretário-Geral no seu esforço de engajar as Nações Unidas na prevenção de conflitos, por meio do exercício incansável da democracia e da promoção do desenvolvimento.

O mundo sofre, hoje, as dolorosas consequências de intervenções que agravaram os conflitos, possibilitando a infiltração do terrorismo onde ele não existia, inaugurando novos ciclos de violência, multiplicando os números de vítimas civis.

Muito se fala sobre a responsabilidade de proteger, pouco se fala sobre a responsabilidade ao proteger. São conceitos que precisamos amadurecer juntos. Para isso, a atuação do Conselho de Segurança é essencial, e ela será tão mais acertada quanto mais legítimas forem suas decisões, e a legitimidade do próprio Conselho depende, cada dia mais, de sua reforma.

Senhor Presidente,

A cada ano que passa, mais urgente se faz uma solução para a falta de representatividade do Conselho de Segurança, o que corrói sua eficácia. O ex-presidente Joseph Deiss recordou-me um fato impressionante: o debate em torno da reforma do Conselho já entra em seu 18º ano. Não é possível, senhor Presidente, protelar mais.

O mundo precisa de um Conselho de Segurança que venha a refletir a realidade contemporânea, um Conselho que incorpore novos membros permanentes e não permanentes, em especial representantes dos países em desenvolvimento.

O Brasil está pronto a assumir suas responsabilidades como membro permanente do Conselho. Vivemos em paz com nossos vizinhos há mais de 140 anos. Temos promovido com eles bem-sucedidos processos de integração e de cooperação. Abdicamos, por compromisso constitucional, do uso da energia nuclear para fins que não sejam pacíficos. Tenho orgulho de dizer que o Brasil é um vetor de paz, estabilidade e prosperidade em sua região, e até mesmo fora dela.

No Conselho de Direitos Humanos, atuamos inspirados por nossa própria história de superação. Queremos para os outros países o que queremos para nós mesmos.

O autoritarismo, a xenofobia, a miséria, a pena capital, a discriminação, todos são algozes dos direitos humanos. Há violações em todos os países, sem exceção. Reconheçamos esta realidade e aceitemos, todos, as críticas. Devemos nos beneficiar delas e criticar, sem meias-palavras, os casos flagrantes de violação, onde quer que ocorram.

Senhor Presidente,

Quero estender ao Sudão do Sul as boas vindas à nossa família de nações. O Brasil está pronto a cooperar com o mais jovem membro das Nações Unidas e contribuir para seu desenvolvimento soberano.

Mas lamento ainda não poder saudar, desta tribuna, o ingresso pleno da Palestina na Organização das Nações Unidas. O Brasil já reconhece o Estado palestino como tal, nas fronteiras de 1967, de forma consistente com as resoluções das Nações Unidas. Assim como a maioria dos países nesta Assembleia, acreditamos que é chegado o momento de termos a Palestina aqui representada a pleno título.

O reconhecimento ao direito legítimo do povo palestino à soberania e à autodeterminação amplia as possibilidades de uma paz duradoura no Oriente Médio. Apenas uma Palestina livre e soberana poderá atender aos legítimos anseios de Israel por paz com seus vizinhos, segurança em suas fronteiras e estabilidade política em seu entorno regional.

Venho de um país onde descendentes de árabes e judeus são compatriotas e convivem em harmonia, como deve ser.

Senhor Presidente,

O Brasil defende um acordo global, abrangente e ambicioso para combater a mudança do clima no marco das Nações Unidas. Para tanto, é preciso que os países assumam as responsabilidades que lhes cabem.

Apresentamos uma proposta concreta, voluntária e significativa de redução [de emissões], durante a Cúpula de Copenhague, em 2009. Esperamos poder avançar, já na reunião de Durban, apoiando os países em desenvolvimento nos seus esforços de redução de emissões e garantindo que os países desenvolvidos cumprirão suas obrigações – com novas metas no Protocolo de Quioto – para além de 2012.

Teremos a honra de sediar a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, em junho do ano que vem. Juntamente com o secretário-geral Ban Ki-moon, reitero aqui o convite para que todos os chefes de Estado e de Governo compareçam.

Senhor Presidente e minhas companheiras mulheres de todo mundo,

O Brasil descobriu que a melhor política de desenvolvimento é o combate à pobreza, e que uma verdadeira política de direitos humanos tem por base a diminuição da desigualdade e da discriminação entre as pessoas, entre as regiões e entre os gêneros.

O Brasil avançou política, econômica e socialmente sem comprometer sequer uma das liberdades democráticas. Cumprimos quase todos os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, antes de 2015. Saíram da pobreza e ascenderam para a classe média quase 40 milhões de brasileiras e brasileiros. Tenho plena convicção de que cumprimos nossa meta de, até o final do meu governo, erradicar a pobreza extrema no Brasil.

No meu país, a mulher tem sido fundamental na superação das desigualdades sociais. Nossos programas de distribuição de renda têm, nas mães, a figura central. São elas que cuidam dos recursos que permitem às famílias investir na saúde e na educação de seus filhos.

Mas o meu país, como todos os países do mundo, ainda precisa fazer muito mais pela valorização e afirmação da mulher. Ao falar disso, cumprimento o secretário-geral Ban Ki-moon pela prioridade que tem conferido às mulheres em sua gestão à frente das Nações Unidas.

Saúdo, em especial, a criação da ONU Mulher e sua diretora-executiva, Michelle Bachelet.

Senhor Presidente,

Além do meu querido Brasil, sinto-me aqui também representando todas as mulheres do mundo. As mulheres anônimas, aquelas que passam fome e não podem dar de comer aos seus filhos; aquelas que padecem de doenças e não podem se tratar; aquelas que sofrem violência e são discriminadas no emprego, na sociedade e na vida familiar; aquelas cujo trabalho no lar cria as gerações futuras.

Junto minha voz às vozes das mulheres que ousaram lutar, que ousaram participar da vida política e da vida profissional, e conquistaram o espaço de poder que me permite estar aqui hoje.

Como mulher que sofreu tortura no cárcere, sei como são importantes os valores da democracia, da justiça, dos direitos humanos e da liberdade.

E é com a esperança de que estes valores continuem inspirando o trabalho desta Casa das Nações, que tenho a honra de iniciar o Debate Geral da 66^a Assembleia Geral da ONU.

Muito obrigada.

ANEXO 2

Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na abertura da 67ª Assembleia Geral das Nações Unidas

(<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-abertura-da-67a-assembleia-geral-das-nacoes-unidas-nova-iorque-eua>)

Nova Iorque-EUA, 25 de setembro de 2012

Senhor presidente da Assembleia Geral, Vuk Jeremic,
Senhor secretário-geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon,
Senhoras e senhores Chefes de Estado e de Governo,
Senhoras e senhores,

Mais uma vez uma voz feminina inaugura o debate na Assembleia Geral das Nações Unidas. Para muitos, nós, mulheres, somos a metade do céu, mas nós queremos ser a metade da Terra também, com igualdade de direitos e oportunidades, livres de todas as formas de discriminação e violência, capazes de construir a sua emancipação, e com ela contribuir para a plena emancipação de todos.

Senhor Presidente,

Um ano após o discurso que pronunciei nesta mesma tribuna, constato a permanência de muitos dos problemas que nos afligiam já em setembro de 2011. Quero hoje voltar a discutir algumas destas questões cuja solução é cada vez mais urgente.

Senhor Presidente,

A grave crise econômica, iniciada em 2008, ganhou novos e inquietantes contornos. A opção por políticas fiscais ortodoxas vem agravando a recessão nas economias desenvolvidas com reflexos nos países emergentes, inclusive o Brasil.

As principais lideranças do mundo desenvolvido ainda não encontraram o caminho que articula ajustes fiscais apropriados e estímulos ao investimento e à demanda indispensáveis para interromper a recessão e garantir o crescimento econômico.

A política monetária não pode ser a única resposta para resolver o crescente desemprego, o aumento da pobreza e o desalento que afeta, no mundo inteiro, as camadas mais vulneráveis da população.

Os Bancos Centrais dos países desenvolvidos persistem em uma política monetária expansionista que desequilibra as taxas de câmbio. Com isso, os países emergentes perdem mercado devido à valorização artificial de suas moedas, o que agrava ainda mais o quadro recessivo global.

Não podemos aceitar que iniciativas legítimas de defesa comercial por parte dos países em desenvolvimento sejam injustamente classificadas como protecionismo. Devemos lembrar que a legítima defesa comercial está amparada pelas normas da Organização Mundial do Comércio. O protecionismo e todas as formas de manipulação do comércio devem ser combatidos, pois conferem maior competitividade de maneira espúria e fraudulenta.

Não haverá resposta eficaz à crise enquanto não se intensificarem os esforços de coordenação entre os países e os organismos multilaterais como o G-20, o FMI e o Banco Mundial. Esta coordenação deve buscar reconfigurar a relação entre política fiscal e monetária para impedir o aprofundamento da recessão, controlar a guerra cambial e reestimular a demanda global.

Sabemos, por experiência própria, que a dívida soberana dos Estados e a dívida bancária e financeira não serão equacionadas num quadro recessivo, ao contrário, a recessão só agudiza esses problemas. É urgente a construção de um amplo pacto pela retomada coordenada do crescimento econômico global, impedindo a desesperança provocada pelo desemprego e pela falta de oportunidades.

Senhor presidente,

Meu país tem feito a sua parte. Nos últimos anos mantivemos uma política econômica prudente, acumulamos reservas cambiais expressivas, reduzimos fortemente o endividamento público e com políticas sociais inovadoras, retiramos 40 milhões de brasileiros e brasileiras da pobreza, consolidando um amplo mercado de consumo de massa.

Fomos impactados pela crise, como todos os países. Mas, apesar da redução conjuntural de nosso crescimento, estamos mantendo o nível de emprego em patamares extremamente elevados. Continuamos reduzindo a desigualdade social e aumentando significativamente a renda dos trabalhadores. Superamos a visão incorreta que contrapõe, de um lado as medidas de incentivo ao crescimento, e de outro, os planos de austeridade. Esse é um falso dilema. A responsabilidade fiscal é tão necessária quanto são imprescindíveis medidas de estímulo ao crescimento, pois a consolidação fiscal só é sustentável em um contexto de recuperação da atividade econômica.

A história revela que a austeridade, quando exagerada e isolada do crescimento, derrota a si mesma. A opção do Brasil tem sido a de enfrentar, simultaneamente, esses desafios.

Ao mesmo tempo em que observamos um estrito controle das contas públicas, aumentamos nossos investimentos em infraestrutura e educação.

Ao mesmo tempo em que controlamos a inflação, atuamos vigorosamente nas políticas de inclusão social e combate à pobreza. E, ao mesmo tempo em que fazemos reformas estruturais na área financeira e previdenciária, reduzimos a carga tributária, o custo da energia e investimos em infraestrutura, em conhecimento para produzir ciência, tecnologia e inovação.

Há momentos em que não podemos escolher entre uma coisa ou outra. Não há este tipo de alternativa. Há que desenvolvê-las de forma simultânea e articulada.

Assim como em 2011, senhor presidente, o Oriente Médio e o Norte da África continuam a ocupar um lugar central nas atenções da comunidade internacional. Importantes movimentos sociais, com distintos signos políticos varreram regimes despóticos e desencadearam processos de transição cujo sentido e direção ainda não podem ser totalmente estabelecidos.

Mas não é difícil identificar em quase todos esses movimentos um grito de revolta contra a pobreza, o desemprego, a realidade da falta de oportunidades e de liberdades civis, impostas por governos autoritários a amplos setores dessas sociedades, sobretudo às populações mais jovens.

Não é difícil, igualmente, encontrar nesses acontecimentos as marcas de ressentimentos históricos, provocados por décadas de políticas coloniais ou neocoloniais levadas a cabo em nome de uma ação supostamente civilizatória. Pouco a pouco, foram ficando claros os interesses econômicos que estavam por detrás daquelas políticas.

Hoje, assistimos consternados à evolução da gravíssima situação da Síria. O Brasil condena, nos mais fortes termos, a violência que continua a ceifar vidas nesse país.

A Síria produz um drama humanitário de grandes proporções no seu território e em seus vizinhos. Recai sobre o governo de Damasco a maior parte da responsabilidade pelo ciclo de violência que tem vitimado grande número de civis, sobretudo mulheres, crianças e jovens. Mas sabemos também da responsabilidade das oposições armadas, especialmente daquelas que contam com apoio militar e logístico de fora.

Como presidenta de um país que é pátria de milhões de descendentes de sírios, lanço um apelo às partes em conflito para que deponham as armas e juntem-se aos esforços de mediação do representante especial da ONU e da Liga Árabe. Não há solução militar para a crise síria. A diplomacia e o diálogo são não só a melhor, mas, creio, a única opção.

Ainda como presidenta de um país no qual vivem milhares e milhares de brasileiros de confissão islâmica, registro neste plenário nosso mais veemente repúdio à escalada de preconceito islamofóbico em países ocidentais. O Brasil é um dos protagonistas da iniciativa generosa “Aliança de Civilizações”, convocada originalmente pelo governo turco.

Com a mesma veemência, senhor Presidente, repudiamos também os atos de terrorismo que vitimaram diplomatas americanos na Líbia.

Senhor Presidente,

Ainda com os olhos postos no Oriente Médio, onde residem alguns dos mais importantes desafios à paz e à segurança internacional, quero deter-me mais uma vez na questão Israel-palestina.

Reitero minha fala de 2011, quando expressei o apoio do governo brasileiro ao reconhecimento do Estado Palestino como membro pleno das Nações Unidas. Acrescentei, e repito agora, que apenas uma Palestina livre e soberana poderá atender aos legítimos anseios de Israel por paz com seus vizinhos, segurança em suas fronteiras e estabilidade política regional.

Senhor presidente,

A comunidade internacional tem dificuldade crescente para lidar com o acirramento dos conflitos regionais. E isto fica visível nos impasses do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Esse é um dos mais graves problemas que enfrentamos. A crise iniciada em 2008 mostrou que é necessário reformar os mecanismos da governança econômica mundial. Na verdade, isto até hoje não foi integralmente implementado.

As guerras e os conflitos regionais, cada vez mais intensos, as trágicas perdas de vidas humanas e os imensos prejuízos materiais para os povos envolvidos demonstram a imperiosa urgência da reforma institucional da ONU e em especial de seu Conselho de Segurança.

Não podemos permitir que este Conselho seja substituído – como vem ocorrendo – por coalizões que se formam à sua revelia, fora de seu controle e à margem do direito internacional. O uso da força sem autorização do Conselho, uma clara ilegalidade, vem ganhando ares de opção aceitável. Mas, senhor Presidente, definitivamente, não é uma opção aceitável. O recurso fácil a esse tipo de ação é produto desse impasse que imobiliza o Conselho. Por isso, ele precisa urgentemente ser reformado.

O Brasil sempre lutará para que prevaleçam as decisões emanadas da ONU. Mas queremos ações legítimas, fundadas na legalidade internacional. Com esse espírito, senhor presidente, defendi a necessidade da “responsabilidade ao proteger” como complemento necessário da “responsabilidade de proteger”.

Senhoras e senhores,

O multilateralismo está hoje mais forte depois da Rio+20.

Naqueles dias de junho, realizamos juntos a maior e mais participativa conferência da história das Nações Unidas, no que se refere ao meio ambiente, e pudemos dar passos firmes rumo à consolidação histórica de um novo paradigma: crescer, incluir, proteger e preservar, ou seja, a síntese do desenvolvimento sustentável.

Agradeço especialmente o empenho do secretário-geral Ban Ki-moon e do embaixador Sha Zukang, que tanto colaboraram com o Brasil, antes e durante a Conferência.

O documento final que aprovamos por consenso no Rio de Janeiro não só preserva o legado de 1992, como constitui ponto de partida para uma agenda de desenvolvimento sustentável para o século XXI, com foco na erradicação da pobreza, no uso consciente dos recursos naturais e nos padrões sustentáveis de produção e consumo.

As Nações Unidas tem pela frente uma série de tarefas delegadas pela Conferência do Rio, somos parceiros. Menciono aqui, em particular, a definição dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

A Rio+20 projetou um poderoso facho de luz sobre o futuro que queremos. Temos de levá-lo avante. Temos a obrigação de ouvir os repetidos alertas da ciência e da sociedade, no que se refere à mudança do clima. Temos de encarar a mudança do clima como um dos principais desafios às gerações presentes e futuras.

O governo brasileiro está firmemente comprometido com as metas de controle das emissões de gás de efeito estufa e com o combate, sem tréguas, ao desmatamento da Floresta Amazônica.

Em 2009, voluntariamente, adotamos compromissos e os transformamos em legislação. Essas metas são particularmente ambiciosas para um país em desenvolvimento, um país que lida com urgências de todos os tipos para oferecer bem-estar à sua população.

Esperamos que os países historicamente mais responsáveis pela mudança do clima, e mais dotados de meios para enfrentá-la, cumpram também com suas obrigações perante a comunidade internacional. Outra iniciativa das Nações Unidas que o Brasil também considera importante, que saudamos, é o lançamento da Década de Ação pela Segurança no Trânsito – 2011/2020. O Brasil está mobilizado nas ações de proteção à vida, que assegurem a redução dos acidentes de trânsito, uma das principais causas de morte entre a população jovem do mundo. Para isso, nosso governo está desenvolvendo uma ampla campanha de conscientização em parceria com a Federação Internacional de Automobilismo.

Senhor Presidente,

Em um cenário de desafios ambientais, crises econômicas e ameaças à paz em diferentes pontos do mundo, o Brasil continua empenhado em trabalhar com seus vizinhos por um ambiente de democracia, um ambiente de paz, de prosperidade e de justiça social.

Avançamos muito na integração do espaço latino-americano e caribenho como prioridade para nossa inserção internacional. Nossa região é um bom exemplo para o mundo. O Estado de Direito que conquistamos com a superação dos regimes autoritários que marcaram o nosso continente está sendo preservado e está sendo fortalecido.

Para nós, a democracia não é um patrimônio imune a assaltos, temos sido firmes, - Mercosul e Unasul - quando necessário, para evitar retrocessos porque consideramos integração e democracia princípios inseparáveis.

Reafirmo também o nosso compromisso de manter a região livre de armas de destruição em massa. E nesse ponto, quero lembrar a existência de imensos arsenais que, além de ameaçar toda a humanidade, agravam tensões e prejudicam os esforços de paz.

O mundo pede, em lugar de armas, alimentos, para o bilhão de homens, mulheres e crianças que padecem do mais cruel castigo que se abate sobre a humanidade: a fome.

Por fim, senhor Presidente, quero referir-me a um país-irmão, querido de todos os latino-americanos e caribenhos: Cuba. Cuba tem avançado na atualização de seu modelo econômico. E para seguir em frente nesse caminho, precisa do apoio de parceiros próximos e distantes. Precisa do apoio de todos. A cooperação para o progresso de Cuba é, no entanto, prejudicada pelo embargo econômico que há décadas golpeia sua população. É mais do que chegada a hora de pôr fim a esse anacronismo, condenado pela imensa maioria dos países das Nações Unidas.

Senhor presidente,

Este ano, assistimos todos aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos, organizados brilhantemente pelo Reino Unido. Com o encerramento dos Jogos de Londres, já começou, para o Brasil, a contagem regressiva para as Olimpíadas do Rio de Janeiro, em 2016, que serão precedidas pela Copa do Mundo de 2014.

A cada dois anos, durante os Jogos de verão e de inverno, a humanidade parece despertar para valores que nos deveriam inspirar permanentemente: a tolerância, o respeito pelas diferenças, a igualdade, a inclusão, a amizade e o entendimento, princípios que são também os alicerces dos direitos humanos e desta Organização.

Ao inaugurar esta sexagésima sétima Assembleia Geral, proponho a todas as nações aqui representadas que se deixem iluminar pelos ideais da chama olímpica.

Senhoras e senhores,

O fortalecimento das Nações Unidas é extremamente necessário neste estágio em que estamos, onde a multipolaridade abre uma nova perspectiva histórica. É preciso trabalhar para que assim seja. Trabalhar para que, na multipolaridade que venha a prevalecer, a cooperação predomine sobre o confronto, o diálogo se imponha à ameaça, a solução negociada chegue sempre antes e evite a intervenção pela força.

Reitero que nesse esforço, necessariamente coletivo, e que pressupõe busca de consensos, cabe às Nações Unidas papel privilegiado. Sobretudo, à medida que a Organização e suas diferentes instâncias se tornem mais representativas, mais legítimas e, portanto, mais eficazes.

Muito obrigada